

PORTUGAL COLONIAL

79



ano 1.º

N.º 9

*

Novembro

1931

OTELHO

XXI

REVISTA MENSAL DE PROPAGANDA E
EXPANSÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

3 Objectos que todos conhecem na Costa Ocidental



1.º — A lata de gazolina SPHINX cuja solidez a faz resistir aos mais rudes meios de transporte, evitando quebras e, por consequência assegurando a V. Ex.ª a quantidade suficiente de combustível.

2.º — O placard com a Esfinge vermelha que indica a V. Ex.ª os locais onde se vende a gazolina, que durante anos, tem dado as melhores provas em toda a Africa.

3.º — O sinal de estradas SPHINX, do tipo recomendado pela Sociedade das Nações e que mostra a V. Ex.ª os obstáculos perigosos que é necessário evitar.

951

VACUUM OIL COMPANY, INC.

— U M B É B É —

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Puríssimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suíços

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES

EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

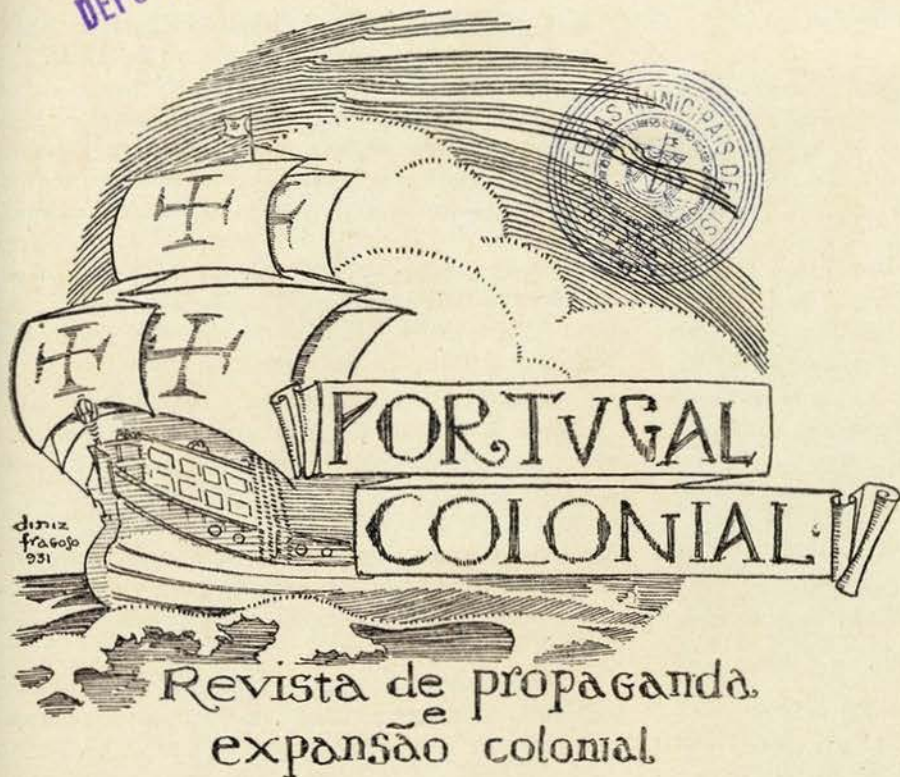
LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

*Nestlé & Anglo Swiss
Condensed Milk Co*

Rua Ivens, 11-13 — Lisboa

NESTLÉ



diriz
fragojo
931

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
REDACTOR-PRINCIPAL
J. DA FONSECA FERREIRA
EDITOR
ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
Endereço Telegráfico
«MINERVA»
TEL. 2 4253
Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO
Metrópole..... 3\$00
Colónias..... 4\$00
(ASSINATURAS)
Metrópole (6 meses)... 18\$00
Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRAFICA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA
Visado pela Comissão de Censura

Uma carta mensal

de Portugal para as Colónias

Pelo dr.
**Agostinho
de
Campos**

LEMBRO-ME de vos dar hoje, irmãos distantes, algumas notícias referentes à estética da vossa velha Metrópole—da Lisboa tépida e doirada, Senhora da Luz sem Igual, que D. Manuel I, o Venturoso, procurou embelezar para a tornar digna do seu estado de Rainha dos Mares e do Oriente, e que depois, meio destruída pelo terremoto, foi posta em dia por Pombal, a ponto de ficar, por então, adiante das mais orgulhosas capitais do seu tempo.

E, ainda não há muitos dias, um sábio alemão, que aqui veio estudar papéis velhos, me falou com entusiasmo das nossas alamedas novas, da obra de alargamento urbano cuja iniciativa se deve aos vice-Pombais do nosso tempo: Rosa Araújo e Ressano Garcia.

Verdade seja que outros forasteiros se apresentam menos amáveis ou menos fáceis de contentar do que aquele Tópsius de Marburgo, que me felicitava pelas nossas majestätischen Strassen — ruas majestáticas, nada menos!

Sirva de exemplo contrário (e de incitamento à modéstia) a definição atribuída a uma senhora inglesa, «trotadora» do Globo, que soube apreciar aqui o casamento místico das côres da terra com a luz do céu e, não tendo visto jamais nada igual, definiu assim o seu encanto: Em Lisboa é tudo uma beleza, menos o sítio onde se está...

Grande e perfeito vereador, o nosso Sol, tapa-misérias e passa-culpas do mau-gôsto edilício! Sem êle, saltaria muito mais ao olhar do transeunte a incrível falta de carácter das nossas novas construções urbanas e a totalíssima ausência de plano que preside, impávida e impune, à ampliação da Cidade.

Desde o Marquês Topa-a-Tudo nunca mais se traçou e levou a cabo um só conjunto arquitectónico; nunca mais se obrigaram os construtores a colaborar inteligentemente, na harmonia e na ordem, com a natureza generosa; nunca mais se delíneou sequer, e fêz

executar com zelo e resistência, uma praça digna do nome e da função.

Pelo contrário: vandalizaram-se, descaracterizaram-se, insultaram-se até, no concubinato da Municipalidade e do Progresso, as duas praças que Pombal deixou: o Rossio foi perdendo muitas das suas mansardas tão graciosamente portuguesas, tendo-se permitido além disso a intrusão de uma fachada alemã que desvirtua o conjunto. Quanto ao Terreiro do Paço, invadiram-no já os postes e teias de arame da tracção eléctrica, e o chão da bela praça do século XVIII rodeou-se de uma cercadura empedrada, preta e branca, cujo desenho é da chamada arte nova. Recentemente, a um dos cantos voltados para o Tejo, foi construída uma estação ferro-viária cubista.

Já lá linhamos desde longa data, a interceptar a perspectiva e a tapar-nos a vista do céu e da água, onde o mármore se recortava no azul, alguns barrações de madeira e farolins com suportes de ferro — mostrengos leves que permitiam antever para algum dia as demolições oportunas. Agora interveio, com o seu tom definitivo e categórico, a eternidade do cimento armado. Portanto... lasciate ogni speranza!

Digamos (por ser justo e para desanuviarmos o espírito), que nem tudo corre mal. O Alêrro foi muito melhorado e embelezado, tanto quanto o permitiam as abominações mercantis, fabris ou residenciais que o marginam da banda da terra, e a incorrigível má-criação que Lisboa comete a cada passo, voltando costas ao Tejo que a fez rainha.

Começou a civilizar-se por toda a cidade o pavimento das ruas, grave problema não só de estética, senão principalmente de hygiene e decência nacional. Mas ainda abunda o macadame troglodita (que se desfaz em poeira, destruindo os pulmões do habitante) e a calçada de tortumêlos basálticos, à antiga portuguesa—que é como quem diz: à antiga marroquina—vergonha de uma cidade que presume de europeia. No entanto é preciso e é justo afirmar que o esforço para a melhoria tem sido neste ponto grande e benemérito.

São muitos os pequenos ajardinamentos urbanos de Lisboa, e o seu número parece ter crescido ainda nos últimos tempos. Em tal capítulo só há que dizer bem, e que agradecer ao carola ignorado, ao Jardineiro-mor desconhecido, que é a alma de tais serviços e cuja acção tutelar se sente na perfeita conservação e tratamento de todos esses oásis de verdura e flores. O povo lisboeta respeita-os com civilizada compreensão, adivinhando talvez que os jardineiros portugueses, amorosos e devotos, são os nossos melhores poetas líricos; e eu vejo por aí muitos canieiros floridos e guarnecidos com plantas de vários tons e côres, que são para mim outros tantos sonetos, mais impecavelmente parnasianos, talvez, do que os de João de Deus ou Eugénio de Castro.

O pior é faltarem de todo (porque ninguém pensa nas pobres crianças que se estiolam na humidade das adegas, cerimoniosa ou pudicamente chamadas caves, assim como na prisão preventiva dos quintos e sextos andares) o pior é faltarem de todo, a-pesar-do luxo das novas ruas majestáticas, os brincadoiros ou terrenos para jogos infantis, bem espalhados pela cidade e dotados da aparelhagem moderna e necessária. Lembra-nos de ter ido há tempos falar nisto a um dos Pombais do nosso tempo, levando-lhe até já planos e orçamentos. Recebeu-nos admiravelmente — e nunca mais nos quis pôr a vista em cima.

Quanto a sítios arborizados e espaçosos, continua em vigor a fama do Campo Grande, prodígio de desleixo, fealdade e pelintrice, com a sua falta de arranjo, as suas árvores desprezadas, e as horripilantes construções que o botocudo contemporâneo ali tem levantado ou deixado levantar dos dois lados. Convinha agarrar o botocudo pela sua longa beija e levá-lo a ver o parque de Maria Luísa, em Sevilha, para o não fatigar, indo mais longe.

Entretanto o parque de Eduardo VII, baptizado há trinta anos, parece que começa a querer enganar. A sua glória, bem digna de menção, é a chamada estufa fria, já antiga mas agora muito ampliada, e onde a gente se sente como noutro planeta, iluminado por algum sol esdrúxulo, que em vez de luz despedisse penumbra. Este melhoramento possui, no entanto, mais laludes inacessíveis e covas fundas, além de largos arruamentos janotas onde abunda mineralmente a pedra, do que espaços largos e planos, a ensombrar de futuro, onde a população possa ir gozar algum dia, bucòlicamente, uma razoável falsificação da atmosfera florestal ou campestre. Pelo jeito que leva, o tal parque de Eduardo VII vai ficar mais um passeio ou pasmatório, se não fôr antes uma filial do «Parque Mayer».

Voltando, para terminar, à admirável «luz de Lisboa», creio que toda a Edilidade que se preze deve contar com ela como com o seu melhor trunfo. Muita vez bastará colaborar com essa luz única e bem-dita, em vez de estragá-la, para já fazer trabalho excelente de estética urbana.

Não creio, por exemplo, que a côr externa de que se caiem ou pintem os quartéis do Castelo de S. Jorge (recortados no azul e vistos de toda a cidade) seja assunto exclusivamente militar, disciplinar ou estratégico. Besuntá-los de cinzento antipático e hostil à atmosfera luminosa que os envolve, como há anos se fez, é crime de lesa-beleza e de lesa-cidade.

Uma das maiores originalidades de Lisboa são as côres claras e variadas, suaves ou garridas, que apresenta o seu casario e torna maravilhoso, segundo as horas do sol, o espectáculo das suas colinas. Devem ter isto sempre em vista as repartições técnicas

O Congresso Internacional

da

IMPrensa COLONIAL

Realisou-se em Paris nos dias 27, 28 e 29 de Outubro

Com larga concorrência de jornalistas de todos os países coloniais realizou-se em Paris, na *Cité des Informations*, depois de mais de duzentos Congressos, o da Imprensa Colonial. Representaram o Governo português o director da nossa revista Henrique Galvão e o director do *Notícias* de Lourenço Marques sr. Manoel Simões Vaz. Eram congressistas ainda os srs. Paulo Osório, presidente do Sindicato da Imprensa Colonial, Coronel Lisboa de Lima, nosso illustre colaborador e Armando Cortezão, agente geral das Colónias.

Não resultaram deste Congresso senão os habituais resultados dos congressos deste género: Um convívio interessante entre pessoas geralmente interessantes e o cenário admirável de Paris, como animador da reunião.

Sob o ponto de vista estritamente técnico o Congresso enferrou de dois defeitos graves: A abundância de jornalistas coloniais pouco conhecedores das realidades coloniais—colonialistas metropolitanos—e uma evidente falta de preparação por parte da maioria dos Congressistas. As teses e comunicações foram, em geral, banais; repetiram velhos lugares comuns e velhas frases feitas, revelaram muitas vezes a inexperiência dos Congressistas ou a inexperiência dos países que representavam. Foram muito raras as questões postas com nitidês, sentido prático das realidades e uma noção exacta sobre as melhores soluções.

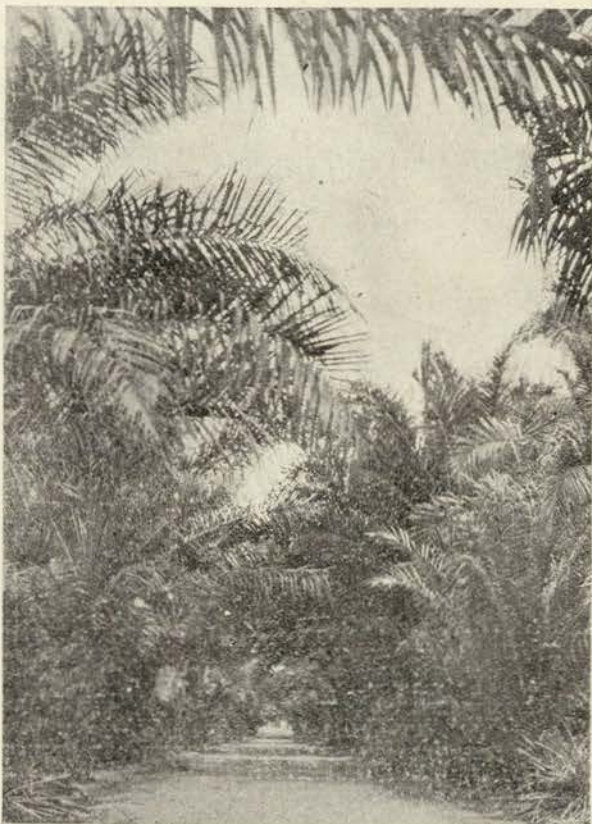
A maior parte dos «*rapporteurs*» limitou-se a descrever o que nos seus respectivos países se fazia em matéria de imprensa e propaganda colonial, e todos, naturalmente, procuraram enaltecer a obra e a competência colonial das suas pátrias. Os grandes problemas da Imprensa Colonial—e em especial aqueles que o próprio programa do Congresso previa—apenas foram abordados por M.^{me} Migon que defendeu uma tese interessante sobre o papel da mulher na Colonização—uma tese que foi muito mais feminina do que feminista—por André L'Houist, o brilhante jornalista do «*Essor Colonial*», por Paulo Osório que teve uma actuação feliz na presidência de algumas sessões, por Henrique Galvão que obteve o

do Governo e do Município, usando elas próprias e impondo aos particulares uma escala de tintas, fora das quais se não possa esporar o mau-gosto, ou a falta de sensibilidade, dos que Deus não fadou para merecerem e gozarem as Suas obras mais perfectas.

O Conselho dos Monumentos Nacionais e a Sociedade Nacional de Belas-Artes, tanta vez beneméritos, não-de ajudar de bom grado a proteger a Divina obra-de-arte e o precioso monumento nacional que é a luz de Lisboa.

PORTUGAL COLONIAL

Angola



Uma Avenida de palmeiras na fazenda *Granja Glória*, Barra do Dande, propriedade do grande auxiliar do Governador Couceiro — o então—tenente Joaquim Felix

maior êxito do Congresso com a sua tese sobre «A Imprensa Colonial e o Problema do Trabalho Indígena» e por Manoel Simões Vaz que fez sobre os problemas que interessam às colónias portuguesas, uma comunicação muito interessante e completa. Tudo o mais se perdeu num mare-magnum de banalidades.

E' de registar, todavia, a acção dos jornalistas italianos que, numerosamente representados, levaram ao Congresso uma nota da mocidade e idealismo que por completo fez esquecer a sua inexperiência e algumas fantasias um pouco fantásticas demais que exibiram nas suas comunicações e discursos.

A experiência não é uma palavra vã. E a Itália por intermédio dos seus jornalistas como tantas vezes, por intermédio dos seus colonialistas revelou uma vez mais que é muito maior o seu desejo de ter colónias e enveredar para as empresas de além-mar do que a categoria técnica e o saber de que efectivamente dispõe.

E é tudo quanto uma reportagem imparcial pode dizer sobre este Congresso que, como ponto de partida para realizações idênticas de melhor preparação foi interessante—mas que não foi mais que um ponto de partida.

Projecto de Fomento Geral d'Angola,

por colaboração do Estado com as iniciativas particulares
unificadas sob a forma de Companhia

Por HENRIQUE DE PAIVA COUCEIRO

Antigo Governador Geral de Angola

(Continuação do suplemento aos n.ºs 7 e 8)

3.ª Linha de penetração: Caminho de Ferro de Benguela; Pôrto do Lobito.

Já construído o Caminho de Ferro pela Companhia Concessionária, e estando em andamento, a respeito do porto, providências do Governo, nada temos a observar, no ponto de vista que aqui nos ocupa.

4.ª Linha de penetração: Caminho de Ferro de Mossamedes (construído até Lubango), e seu prolongamento a construir; Porto de Mossamedes.

O decreto que nomeia as brigadas técnicas, para estudos em Angola, refere-se á mais conveniente rede ferro-viária do Sul d'Angola, tendo em atenção o actual Caminho de Ferro de Mossamedes, incumbindo o estudo d'ella á 4.ª brigada. Trata-se, portanto, ao que parece, de prolongar o actual Caminho de Ferro «Mossamedes—Lubango», o qual é de facto a linha de Colonização e de exploração agrícola, que á Companhia interessa mais directamente. Dentro d'este sentido, o que a lógica aconselha é que o traçado continue a procurar as regiões com capacidade para a existência d'Europeus, ou com condições para exploração agrícola, seguindo nesta conformidade directamente a deste para o vale do Cunene, atravessando este rio no ponto aproximado (a jusante de Capelongo) em que elle começa a ser navegavel até á Hinga, — e dirigindo-se depois, mais ou menos, a Lessueste, através da Cassinga, para o ponto do rio Cabongo, abaixo das cachoeiras de Maculungungo, onde começa um troço navegavel de varias centenas de kilometros, susceptivel, demais, de ligar-se, por meio de lanços d'estrada, a outras vias fluviaes, a que adiante se fará referencia.

A directriz do prolongamento do Caminho de Ferro de Mossamedes conduzida n'estes termos, alem de satisfazer o ponto de vista colonizador e economico, tambem satisfaz em certo grau os fins da *cinta de ferro* (mais necessaria ainda no Sul, do que no Norte da Provincia) usando em seu logar uma cinta aquatica, por meio da ligação da linha ferro-viária com a rede fluvial dos rios fronteiriços, Cunene, Cubango e Cuando.

O caminho de ferro mais proximo da fronteira Sul, com testa em Porto Alexandre, ou Bahía dos Tigres, deveria ter sido construído pela Companhia de Mossamedes, que, por portaria de 14 d'Agosto de

1899, recebeu do Governo aprovação para o contracto respectivo, mas sem resultado practico até agora.

Quanto ao porto de Mossamedes, foi em 1907 (portaria provincial de 28 de Setembro) ordenado o estudo das suas instalações, aproveitando a ponte da Alfandega, e, principalmente, a do Saco do Giraul.

Esta ultima inaugurou-se poucos meses depois (Julho de 1908), pela acostagem a ella do vapor alemão «Ingraban», de 5.000 toneladas.

N'estas bases, e n'aquellas que lhe fornecerá a 1.ª brigada tecnica, espera a Companhia que o porto seja posto em condições de corresponder ao trafego que lhe corresponda.

C) — Ramais ferro-viarios d'affluencia ás vias ferreas de penetração, como, por exemplo:

— na linha do Congo, o ramal do centro cuprífero do Bembe;

— na linha de Luanda, o prolongamento do ramal do Golungo, para servir os Dembos orientais, Mahungos, etc.;

— na linha de Benguela, para Norte, ramal «Huambo—Bailundo—bacia do Longa»; e ramal, ou ramaes, para servir a Lunda do Sul, em ligação com a navegação da grande rede fluvial da bacia do Zaire, nos troços que a isso se prestem; para Sul, ramal «Huambo—Caconda», e ramal, ou ramaes tendo em vista a ligação com os troços superiores da grande rede fluvial do Sul da Provincia (Alto-Zambese, Luena, Lungué-bungo, etc.) que se prestem para navegação;

— na linha de Mossamedes, semelhantemente, a ligação com o baixo curso navegavel da mesma grande rede fluvial;

D) — Rede geral d'estradas, servindo d'affluencias ferro-viarias, ou de vias auxiliares de penetração, ou d'interligações, só por si, ou por judiciosa combinação do automobilismo, com a navegação fluvial.

Aperfeiçoar e augmentar no sentido exposto a actual rede d'estradas, sem necessidade por agora de macadamisações, na maioria dos casos, mas com construcção de pontes, de modo a permitir circulação d'automoveis. Citarêmos, entre muitas outras, as seguintes:

A estrada automobilista, que substitua o Caminho de Ferro do Congo, enquanto não funcione, a qual

terá início no Zaire navegavel, seguindo a deste pela Maquela do Zombo, mais ou menos ao longo da fronteira Norte, até ao rio Cuango, que forma ali a fronteira oriental da Provincia;

A estrada automobilista em prolongamento do Caminho de Ferro de Luanda, sahindo de Malange no quadrante geral do Nordeste, por Quela, Camachilo, Luchico, e d'ahi ao longo, mais ou menos, da fronteira Norte, até ao Cossai (fronteira d'este n'essa região):

A estrada automobilista, em prolongamento do Caminho de Ferro de Mossamedes, segundo o rumo geral de Quipungo,—Capelongo—ponto testa da navegação do Cunene—Cassinga—ponto testa da navegação do Cubango—a attingir as zonas fronteiriças, por meio da navegação do Cunene e do Cubango,—ligado este, por estrada automobilista, á navegação dos rios Luiana, Cuando, e outros (a reconhecer);

E) — Navegação fluvial

A disposição geral orographica do Continente africano,—grande bacia central, circundada por orla d'alturas em declive para o Oceano,—desde logo faz supôr que, no sentido da penetração, o auxilio que a navegação fluvial nos pode prestar ha de ser prejudicado pelos grandes desnivelamentos causados nos cursos dos rios por essa orla montanhosa circundante. E, com efeito, em Angola, os factos confirmam bastante essa natural suposição.

A não ser o Zaire, o Bengo, e o Cuanza, que,—a partir do Atlantico,—e excluídas as difficuldades que na barra possam apresentar,—entram terra dentro, sem obstaculo, uns 150 kil.^{os}, o primeiro,—100, o segundo,—e 180 o terceiro,—os demais rios com foz atlantica e certa cathgoria para serem mencionados, apresentam cachoeiras, quedas, ou rapidos a curtas distancias da barra—o M'brige a uns 25 kil.^{os},—o Loge a uns 35,—o Dande, a uns 40,—o Longa a umas dezenas de kil.^{os} (mal averiguado),—e o Cuvo, a uns 30.

Para Sul de Benguela, os rios, na parte do litoral atlantico, estão sêcos, ou pouco menos, durante a estiagem, infiltrando-se as aguas na areia dos leitos.

Mas se, de facto, no sentido da penetração, os aproveitamentos possíveis não se revelam muito vastos,—as presumpções, e algumas averiguações, são, pelo contrário, mais prometedoras no que diz respeito, a linhas transversaes, e a linhas de cintura, conforme adiante veremos e devendo, alem d'isso, notar-se, de passagem, que essas mesmas cachoeiras ou quedas, que nos prejudicam a penetração fluvial, pôdem, no entretanto, tornar-se fonte de grandes beneficios se lhe soubermos aproveitar o potencial para a producção de força electro-motriz, applicavel á irrigação, á circulação, e outros fins uteis ou productivos.

Modernamente, todavia, na Provincia d'Angola, não tem sido alvo das atenções e diligencias, que julgâmos merecerem, o reconhecimento e o aproveitamento da navegabilidade dos rios, e os trabalhos correlativos da regularisação dos leitos, e da limpeza e desobstrucção de vegetações, troncos, e penhascos. Não porque nos faltem tradições.

Por conta da fazenda publica,—informa Lopes de Lima,—estabeleceu o Governador Tovar d'Albuquerque (1820) canôas de carreira para a navegação

mercantil dos rios Dande e Bengo, com dois armazens de deposito, um em Calumbo, outro no Zenza. E foi á sombra de leis e costumes antigos que em 1908 o Governo Provincial ordenou a limpeza e desobstrucção do Zenza, e do Lucala, por meio de praças de 2.^a linha. N'essa mesma epocha (1907-09) foi iniciada, e parcialmente posta em execução, por meio de barcos proprios, requisitados á Secretaria do Ultramar, uma campanha de explorações, obedecendo ao plano que abaixo se transcreve, e que deve actualisar-se nos termos indicados pela practica:

—1.^o Desembarcar em Noqui (ou n'outro porto do Zaire) um barco dividido em quarteladas, e transportar-o por terra até ao Cuango, armando-o ahi, e pondo-o a navegar comercialmente no troço do mesmo rio comprehendido entre o paralelo da fronteira Norte da Provincia, e o paralelo 7.^o 35' (catharacta D. Luiz);

—2.^o Completar, por meio de dous barcos, os conhecimentos já em parte feitos, do M'boige e do Loge, e fazer a navegação d'este ultimo, que poderá talvez (completando trabalhos de desobstrucção realísados em 1909) tornar-se aproveitavel (excepto num troço intermedio de quedas) em todo o seu percurso, até á região leste d'Encoge. Conviria, ao mesmo tempo, reconhecer os afluentes esquerdos do Cuango das mesmas latitudes, com o fim de verificar se será possível, por meio d'um lanço d'estrada ligar a navegação do Alto-Loge, com a navegação do Cuango;

—3.^o Levar um barco por Malange até ao Cuango, a Sul das Catharactas existentes na altura da affluencia do Cambo, e pô-lo a navegar n'esse troço; pela mesma via de Malange, levar outros barcos que explorem a navegação do Cuilo, Chicapa, Luachimo, Cassai, e outros da Lunda;

—4.^o Ainda pela mesma via de Malange, levar dous barcos até Bola-Cassache, na margem do Cuanza, para tentar o estabelecimento da navegação d'este rio, desde ahi, até alturas do porto «Neves Ferreira» (leste do Bihé), procedendo-se n'este sentido aos trabalhos necessarios para romper passagem conveniente em alguns pontos do rio já reconhecidos como pedregosos. Trabalhos de ruptura, e tambem de canalisação lateral, que, com frequencia, se teem empregado no Congo belga, e que, em nosso serviço, foram empregados no rio Loge, em 1908-09, com resultados apreciaveis, pelo empreiteiro Ridaux, subdito belga;

—5.^o Fazer seguir outros barcos de quarteladas, uns «via Mossamedes», outros «via Benguela» para estabelecer navegação nos troços já reconhecidos do Cunene e do Cubango, procedendo ahi á mesma ordem de trabalhos de canalisação;—explorar o Cuíto (grande afluente do Cubango), etc.;—explorar os afluentes mais importantes do Zambese (Luena, Luagué-bungo, Cuando, Luiona, e mais afluentes); etc. etc.

—6.^o Alem d'essas linhas mais importantes estudar, tambem, as possibilidades d'outras, taes como o Cueve (ou Cuvo) a Norte do Novo Redondo,—alguns afluentes do Cuango, e do Cuanza,—etc. etc.

Em colaboração com o Governo, deve a Companhia, por sua parte, imprimir o maior desenvolvimento a esta ordem d'iniciativas, nas regiões que immediatamente interessam a sua actividade, pois, que, sem duvida nenhuma, grande augmento de facilidades, e diminuição no custo dos transportes, podem derivar do aproveitamento da rêde fluvial.

Ha casas constructoras especializadas n'este genero de embarcações, cujos typos se sujeitam á natureza dos rios onde vão funcionar. Alem das casas inglesas Yarrow, e Edwards & C.^{na}, e da casa alemã Holtz, d'Hamburgo, citaremos em especial a «Société Cockevill»; a quem Stanley, depois da sua descida do Zaire, encomendou em 1878, os primeiros barcos de quarteladas, destinados a navegação interior do Zaire e afluentes. A essa encomenda, outras se seguiram, á mesma Casa, quer pelo Estado, quer pelas Companhias exploradoras, e sabe-se o enorme proveito que o Congo belga tem tirado dos muitos milhares de kilometros de vias navegaveis, que cortam o seu grande territorio. E quanto tem trabalhado, por meio de limpezas, dragagens, desobstrucções, canalisações, e rectificacões de directriz, para utilizar todas as suas linhas d'agua, variando, conforme os casos, os typos d'embarcação,—d'helice, de rodas lateraes, ou á pôpa, — com maiores ou menores tonelagens, e calados d'agua, — d'aço, ou d'aluminio, — com mastros para vela, ou só com a machina,—vapores, batelões, dragas, lanchas, pirogas,—enfim um material adaptavel a todas as circunstancias, e que tem desempenhado um papel verdadeiramente fundamental na obra admiravel d'expansão e desenvolvimento, que representa a actual Colonia Belga.

Em resumo, considera a Companhia dever do Governo a applicação urgente das maximas energias do Estado para o desenvolvimento em Angola d'um plano geral de viação, ferro-viaria, automobilista e fluvial, abrangendo nas suas malhas a Provincia inteira, a principiar pelas zonas mais propicias á Colonisação e á exploração agricola, industrial e comercial.

Instando, junto ao Governo, pela realisacão sem descanço d'este plano de grande circulação povoadora, e de drenagem comercial, — a Companhia tem a consciencia de que interpreta ao mesmo tempo as necessidades politicas da defeza da Provincia, apertada por um cerco ferro-viario que llhe rodeia as fronteiras completamente, pelo Norte, Leste e Sul (vias ferreas e fluviaes do Congo Belga, e vias ferreas da Rodesia, e da antiga Colonia alemã do Sudoeste africano). Nem mesmo o proteccionismo aduaneiro das industrias e agricultura, da Metropole em Angola, seria practicavel se, pelo lado de dentro, llhe não acudimos com meios de transitio.

Contra uma tal pressão ferro-viaria do lado de fóra, e os perigos de varias ordens que ella envolve, só poderá o Governo garantir-se, evidentemente, por intermedio d'essa rede geral de Comunicações. De Norte a Sul, de Oeste a Leste, é indispensavel estendel-a, para que Portugal possa, de facto, dominar, civilisar e administrar. E sem perda de tempo, conforme a Companhia o está requerendo.

2.º — Dever do Estado :

Ocupação Economica

A occupação economica da Provincia, na parte dependente da accção directa do Governo, póde e deve, promover-se e exercer-se :

—1.º *Pela «Assistencia Technica»,* que adiante se define sob o titulo de «3.º Dever do Estado» ;

—2.º *Pelo systema administrativo,* applicando a

todo o territorio da Provincia a forma de «Circumscripções Administrativas» que foi implantada, com reconhecido exito, pelo Commissario Regio Antonio Ennes nas terras da Corôa de Lourenço Marques, por decreto provincial de 7 de Dezembro de 1895. Nos termos do qual decreto, se estabelece, junto da sede de cada Circumscripção, uma escola d'ensinamento agricola, por meio d'um terreno de não menos de 100 hectares, que se cultiva sob a direcção do respectivo Administrador. Sendo atribuidas a este as verbas necessarias para installação da lavoura, e as auctorisações para o angariamento de braços. A terça parte do producto do imposto de cubata fica na Circumscripção, para ser applicado a construcção d'estradas, pontes, obras d'ensecamento de pantanos, e outras, sob a direcção do Administrador, e fiscalisação de technicos das Obras Publicas.

—3.º *Pelas Missões,* applicando a todo o territorio da Provincia uma grande rede de Missões religiosas, obedientes á mesma ordem de principios que inspiraram o referido Commissario Regio Antonio Ennes, quando, por decreto provincial de 15 de Junho de 1895, criou a Missão religiosa e civilisadora de S^{to}. Antonio de Macassene, no territorio de Maputo (Lourenço Marques), subsidiada e auxiliada pelo Governo.

Nos termos d'esse diploma, a Missão, alem do ensinamento religioso e de primeiras letras, — tem a seu cargo uma enfermaria e dispensario pharmaceutico, especialmente para indigenas,—um observatorio meteorologico,—um gabinete botanico e zoologico,—um horto botanico,—e uma fazenda agricola, com as correspondentes officinas. Para este ultimo fim, é llhe atribuido um terreno até 250 hectares, alem das ajudas iniciaes necessarias. A enfermaria é dirigida por um missionario, com um ajudante enfermeiro, e é visitada por facultativo do quadro de saude. Quer dizer, alem de tratar das almas pela religião, a Missão procura tambem tratar os corpos pela assistencia medica, e transformar a moral e os costumes, pela influencia salutar do trabalho. Os missionarios, — alem de propagandistas do Christianismo,—diz o decreto, —devem considerar-se coadjuvadores do Estado, em tudo quanto, não sendo incompativel com o caracter ecclesiastico, tenha por fim firmar e dilatar o dominio de Portugal, e da civilisação europeia.

A Obra Missionaria é, na verdade, tradição classica da historia portugueza, e relevantissimos são os servicos, e o concurso prestado pelos Missionarios de varias Ordens para o desenvolvimento do nosso Império Ultramarino. A ponto tal que a posse de um dos dominios que o formam,—Timor,—é devido inteiramente á iniciativa isolada, e ao esforço espontaneo dos missionarios do Seculo XVI. Tanto como as naus e as lanças, foi, de facto, a Cruz a fundadora da Grandeza Nacional. E os missionarios, que d'ella recebem o fogo sagrado do desinteresse e do sacrificio, são colaboradores, e são obreiros absolutamente indispensaveis, cuja eficacia nenhum julgador desapaixonado deixa de reconhecer. Portugal, comtudo, cuja grandiosa Obra civilisadora do Passado tanto deve á accção missionaria, levada ás mais remotas paragens do mundo, forma hoje na triste cauda das Nações Coloniaes, todas mais modernas que elle, com um numero infimo de Missionarios portuguezes.

Impõe-se, por consequencia, a modificação d'esse estado actual de cousas, que se caracteriza pela diminuta quantidade de Missões, e de missionarios por-

tuções, não só em absoluto, mas em relação á quantidade de Missões, e de Missionarios estrangeiros. Verificando-se que o governo portuguez, não só usa, com parcimónia desmedida, o instrumento precioso de occupação e civilisação, que as Missões constituem, mas, ainda por cima, o abandona nas mãos d'extrangeiros com graves perigos para a desejada nacionalisação da Provincia. Conforme se prova pelo authentico resumo seguinte, referido aos districtos de Benguela, Bihé, Luchases e Moxico, no anno de 1931:

—Missões catholicas—12, com 62 Missionarios, e 1.000 alumnos internos;

—Missões estrangeiras—50, com 157 Missionarios, e 5.000 alumnos internos.

Dando-se, demais, a agravante de que as Missões estrangeiras abundam com recursos de toda a especie, precisamente o contrario do que succede ás Missões nacionaes.

É d'urgencia, pois, elaborar e efectivar um largo plano de Missões, na certeza plena de que cada centro missionario é um posto d'occupação, culta e pacifica, com o qual o governo conta tanto, como conta com os seus postos, militares ou civis, para a realisação da sua obra de civilisar e assimilar o indigena, e d'impulsionar o progresso material da Provincia. Acrescendo, demais, sob o ponto de vista orçamental, que não existe nenhum meio d'occupação mais barato do que este.

Ha que meter hombros com vigor a esse serviço nacional: Pela propaganda junto á população, para que acudam fundos á «Esmola Missionaria», e para que surjam vocações missionarias, que são nervo activo da expansão portugueza, difundindo a fé e a civilisação, base criadora do Paiz novo que pretendemos edificar; e pelos entendimentos com a Ordem, ou Ordens, nacionaes, ou nacionalisadas, que se disponham a ajudar o Governo; fornecendo a essa Ordem ou Ordens e aos nossos Colegios das Missões Ultramarinas os apoios moraes e materiaes que se convencionarem, e a necessaria liberdade d'acção tanto na Metropole como na Provincia Africana, para que vivam e possam cumprir os seus fins.—

Missionarios não se conseguem de repente. E cada Missão precisa de 3 ou mais Padres, e de varios Irmãos auxiliares, professores de primeiras letras, e d'agricultura e officios. Tambem por outro lado se requerem Irmãs, educadoras da mulher, e fundadoras, por consequencia, da Familia indigena. A formação d'este pessoal pede escolas na Metropole, quer para os estudos secundarios, superiores, e theologicos, dos Padres, quer para o ensino profissional, d'agricultura e officios, dos Irmãos, quer para a infancia, onde se escolhem as vocações. Quer dizer, Escolas de primeiras letras;—Seminarios;—Lyceus;—Seminarios Superiores;—e Escolas Profissionais, com Granjas e Officinas; que a Ordem, ou Ordens, terão que instituir e manter, com os justos auxilios officiaes. Emfim, para que possam existir Missões portuguezas no Ultramar, ha muito que trabalhar na Metropole.

No entretanto, tem andado bastante descurada, ou, pelo menos, atendida com excessiva modestia, a Obra Missionaria. E a Companhia, a bem dos seus trabalhos e finalidades, chama respeitosa^{mente} a atenção do Governo, e pede a intervenção da sua solicitude esclarecida, para esta questão, que julga de importancia maxima.

3.º—Dever do Estado :

Assistencia technica

Os agricultores,—indivíduos, ou pequenas Companhias,—devem tomar posse dos seus terrenos para efeitos de laboração plena, e não para sujeitar-se ás demoras, contratempos, e despezas, d'experiencias e estudos previos, em busca da especie de cultura que lhes convém, quer em vista da terra e do clima, quer em vista das possibilidades d'exportação. É ao Estado a quem compete a atribuição d'encarar a Agricultura como um problema scientifico, e tratá-la como tal, não apenas no papel, mas principalmente nas obras.

E não só o estudo scientifico é atribuição do Estado, como o é tambem a assistencia technica, seu natural complemento. Um e outra constituem a primeira alavanca da potencialidade economica que o Governo deve fornecer a Angola em altas doses,—tratando-se, como se trata com efeito, da formação d'um Paiz novo, que é, ao mesmo tempo, responsabilidade e interesse nacional. Entendendo-se por «assistencia technica» o fornecimento, por parte do Governo Provincial, de todas as indicações concretas, e auxilios technicos necessarios para canalisar, com conhecimentos de causa, o exito dos empreendimentos d'Agricultura.

A qual «assistencia technica» presuppõe estudo previo das aptidões e possibilidades regionaes; e dos processos de cultura e pecuaria applicaveis,—fertilisantes,—sementes,—ataque contra insectos, fungos e parasitas,—selecções e aperfeiçoamentos de raças,—vaccinas,—etc. etc.; e presuppõe, por outro lado, o estudo do valor industrial de materias textis, oleoginosas, gumiferas, tintoriaes, pharmaceuticas e outras; systemas d'extracção e preparação; tratamentos adequados para os productos de colheita indigena, café, borracha, e outros; etc. etc.

Quer dizer, n'uma palavra, presuppõe a investigação scientifica acerca de todas as questões culturaes e pecuarias, e da respectiva pathologia vegetal e animal. Estudos, investigações, e experiencias, que, evidentemente, nem pertencem, n'um sentido geral, á esphera privada, nem cabem dentro de recursos partilculares.

A Companhia deverá portanto prevenir-se com cuidado junto ao Governo, acerca d'este ponto d'alta consequencia, obtendo a segurança d'um minimo d'organisação official com a competencia e os meios proprios para fazer face ás inumeras questões agro-pecuarias, que ali ha que tratar. Organisação que terá de responder, entre outras, ás seguintes necessidades:

Postos experimentaes para culturas de borrachas, cacau, café, tabaco, fibras, cereaes, etc. etc.; assistencia technica junto ás fazendas, nucleos de colonisação, Circumscripções Administrativas, e Missões; escolas moveis, ou fixas, para ensino aos nativos, sobre agricultura e pecuaria, e sobre colheita e preparo de borrachas espontaneas, café, algodão, etc. etc.; determinação d'areas onde existam povoamentos naturais de borrachas, senseviera, kapoe, dendem, e mais plantas d'exploração comercial,—fribrosas, oleoginosas, tintoriaes, etc. etc.; estudo das zonas florestaes e aproveitamento das madeiras; estudo dos processos industriaes applicaveis á mandioca, ao coqueiro, á palmeira dendem etc. etc.; estudo do tratamento e melhoria da raça equina, e das raças bovina, ovina,

suína, e dos processos frigoríficos applicaveis ás suas carnes; etc., etc.

Todas essas, e outras, experiencias, ou problemas, é preciso que se realizem, ou resolvam, para definir e assentar em bases empyricas a exploração da bacia do Chiloango; do Congo Sul do Zaire, quasi inexplorado por cultura regular; da região de Luanda, tão prometedora e rica nos seus vales do Bengo, Dande, Cuanza, etc. etc.; da Lunda, paiz alto-plano, cuja utilização economica, em relação com o escoamento pelas vias ferreas de Luanda, ou Benguela, merece estudo particular; das zonas de colonisação servidas pelo Caminho de Ferro de Benguela; do planalto da Hulla, servido pelo Caminho de Ferro de Mossamedes; etc. etc.

Á grande massa dos assumptos, e á grande extensão territorial, é imprescindível acudir, mobilisando para um ataque em regra, a legião sufficiente de agronomos, botanicos, chymicos, mycologistas, entomologistas, e zootechnicos, ou veterinarios; com o seu pessoal auxiliar; com os seus campos d'experiencia ou demonstração, postos zootechnicos, e estações d'entomologia; com os seus laboratorios, d'analyse, de pathologia, e de vaccinação; e, n'uma palavra, com todos os equipamentos, e instrumentos, d'investigação e de lucta, contra males e doenças, vegetaes e animaes.

Sem o quê, não será provavel que cesse a crise d'Angola, visto que as forças da iniciativa particular, mesmo com a maxima boa vontade, não bastam para pôr em marcha devidamente a machina d'aquella Economia.

Ao Governo compete, portanto, nomeiar e instalar em Angola:

a) — Uma «Junta Superior d'investigação Scientifica», composta por naturalistas escolhidos, tendo por objecto principal o estudo da flora existente, ou d'aclimação possivel, orientando esse estudo no sentido utilitario d'aproveitamento industrial, e no de continuar e completar o «Mapa phytogeographico» de Welwitsch; dedicando, tambem, parte da sua atençaõ á fauna, á mineralogia, e á geologia; fazer, em resumo, o inventario scientifico das riquezas, utilidades, e possibilidades naturaes, da Provincia;

b) — Um «Serviço d'Agricultura e Pecuaria», central e regional, com technicos e auxiliares competentes, em numero bastante para dirigir, por toda a Provincia, o cultivo da terra, e a criação de gados, e estudar experimentalmente os problemas correlativos.

Armados, — essa Junta, e esse Serviço, — com todos os apetrechamentos scientificos proprios para bem corresponder ás multiplas exigencias de tão vasto proposito. De modo que as redes do governo economico d'Angola estejam completamente nas mãos da sciencia.

Adiante, ao tratar do plano d'acção da Companhia, escrevemos algumas palavras a respeito da localisação dos seus centros de trabalho, — palavras que são igualmente applicaveis á distribuição geographica do «Serviço d'Agricultura e Pecuaria».

Por meio d'este, e da Junta Superior d'investigação scientifica, se poupará a muito proprietario um fracasso eventual, e á Provincia, e ao Estado, todos os inconvenientes que resultam da ruina particular generalizada. Sendo certo que, da melhor ou peor, constituição e funcionamento d'esses dous organismos, agentes e propulsores de toda a actividade productora, em colaboração com as iniciativas parti-

culares, depende totalmente o successo, ou insuccesso, na obra de reconstituir, economica e financeiramente, a Provincia d'Angola.

As breves considerações acima feitas bastam para dar ideia de que os quadros de technicos teem de ser grandes, e larga a sua competencia, especialisada em ramos diversos das sciencias naturaes, phisica, chymica, agronomia, sylvicultura e veterinaria. O Governo deve procural-os onde se encontrem, sem excluir colaboração estrangeira, designadamente d'aquelles Paizes que estão mais adiantados que nós, na theoria e na practica das culturas tropicaes, e sub-tropicaes. Pois, como precedente n'esta materia, só temos a louvar-nos pelo criterio esclarecido da nossa Administração Ultramarina do meiado do seculo anterior, quando ella encarregou (por decreto de 10 d'Abril de 1852) o sabio Dr. Welwitsch d'explorar como naturalista as Provincias Africanas.

E não será descabido observar, por outro lado, que possuindo nós uma Escola para preparar burocracia colonial, — não possuímos, pelo contrario, montados na altura devida, os estabelecimentos scientificos, e experimentaes, necessarios para preparar cabalmente agronomos coloniaes e seus auxiliares. Ninguem nega que a cultura dos seus funcionarios civis, instruidos pela Escola Colonial, tenha importancia para o progresso da Provincia. Mas tambem não pode negar-se que, no momento pelo menos, mais falta fará a presença abundante de technicos da producção, n'um Paiz, como Angola, cuja exploração está longe de atingir aquelle grau de prosperidade, que seria licito esperar das suas capacidades naturaes.

N'estas circumstancias, que julgamos ser as verdadeiras, talvez mesmo os programas da propria Escola Colonial que existe, pudessem com vantagem lembrar-se de que o pessoal administrativo, mais que burocrata, precisará varias vezes ter um pouco d'agronomo, engenheiro, ou medico, e possuir noções geraes e practicas a tal respeito.

Angola



A sanzala do pessoal da fazenda agrícola Tabi — Ambriz

A Exposição Colonial de Paris que pode afoitamente considerar-se um dos grandes acontecimentos coloniais dos últimos anos e que certamente não ficará, sob o ponto de vista de resultados, como o simples kaleidoscópico onde durante seis meses regalaram os olhos mais de 30 milhões de visitantes curiosos, vai encerrar-se.

É o momento de fazer o balanço do grande certamen—o momento em que se pode olhar em globo a série expressões, acontecimentos e conseqüências que, sob múltiplos pontos de vista o caracterisaram.

Este juízo só agora pode fazer-se. A exposição foi encarada de princípio através da complicadíssima teia de impressões de alguns milhões de visitantes que nela pouco mais procuraram do que um magnífico espectáculo de pitoresco—depois, desordenadamente, consoante os aspectos sucessivos dos acontecimentos que se iam desenrolando. É a altura de a poder avaliar em conjunto.

Na Exposição há que considerar dois aspectos distintos: o da forma, na sua expressão estética e o colonial nos seus pontos de vista técnico e político.

Na forma julgamos a Exposição uma manifestação inferior do espírito, aliás tão brilhante, das organizações francesas. Em volta do lago do Daumesnil numa elipse fatigante, e nem sempre feliz, há, sobretudo, uma grande feira que aproveitou o prestígio da grande cidade e o dinamismo da grande idéa como pretextos para diminuir e inferiorisar algumas maravilhas com que, indecorosamente, se misturou. E nessa feira abundam pormenores por vezes sórdidos, no mau gosto e até na falta de aceio de tanta barraca de «*comes e bebes*» de bugigangas réles, de fancarias que nada têm que ver com uma Exposição Colonial. E' de entre essa paisagem de acampamento improvisado de ciganos que se levantam, em promiscuidade desoladora, maravilhas como o Templo de Angkor e muitos dos pavilhões franceses, o pavilhão da Holanda, de Dinamarca, do Congo Belga—os nossos, embora um pouco mais favorecidos pela visinhança.

O conjunto da Exposição não dá, nem pode dar, uma impressão colonial—e decerto não a deu aos milhões de visitantes que a França quiz conquistar para a causa das Colónias.

Mas há outros aspectos a considerar: o da política colonial e o da propaganda.

Sob estes pontos de vista a França alcançou um grande triunfo e Portugal mereceu uma posição interessantíssima.

O famoso império inglês—de resto ausente na exposição—já não é certamente o primeiro do Mundo. Se segundo um critério simplesmente quantitativo as suas colónias e domínios abrangem ainda hoje a maior superfície colonial do Mundo, o que é certo é que a concepção imperial está muito mais ligada a uma idéa de qualidade do que a um critério de quantidade. E qualitativamente a França com o domínio completo que exerce sobre os seus territórios de além-Mar, a forma humana e esforçada da sua colonisa-

Notas à margem

Sobre o encerramento da Exposição de Paris

● Juízo Final

ção, a unidade que mantém entre as parcelas e o facto de não ter problemas separatistas a preocupá-la, excede já em muito, dentro desta concepção imperial que agrupa as colónias em volta das metrópoles, o valor, a coesão e a unidade política do Império inglês.

Revelar isto ao Mundo e tentar extrair da revelação, nas ordens política e económica, todas as naturais conseqüências, foi o primeiro e mais sério dos resultados que a França conquistou com a sua Exposição em Vincennes. A ausência da Inglaterra em volta do lago Daumesnil apenas tornou mais saliente e fácil este triunfo.

As nações coloniais empurradas para os pontos mais afastados, vieram servir de moldura à opulência com que a França exhibe a sua grandesa.

E' deste ponto de partida desigual para a maior parte dos concorrentes que temos de julgar as várias representações no grandioso certamen.

E neste juízo, sem termos que descer a um subjetivismo patrioteiro, podemos dizer com orgulho muito legítimo e justificado que Portugal se apresentou como a grande nação colonial que é, mestre de colonisadores no Passado, no Presente—e porque não no futuro?

E a nossa representação é a mais séria da Exposição de Paris. A nossa, a da Holanda e da pequena Dinamarca são as únicas absolutamente, sérias em toda a vasta a elipse que envolve o lago Daumesnil. São as únicas onde não se mercadeja, com o pretexto colonial, as únicas que compreenderam o objectivo moral e político da Exposição sem o macular com artificios de feira, as únicas que foram a Paris com uma grande idéa.

Entre estas Portugal tem um passado—passado que não é uma palavra vã de ruim platonismo mas que se põe dinamicamente como uma explicação e um propulsor do presente e do futuro—e um esforço documentário que é, de longe, o mais notável que a Exposição de Vincennes conheceu.

O orgulho muito justificado que o coronel Silveira Castro e os seus colaboradores devem sentir com a sua obra, é, com razão um orgulho de todos nós.

Neste fecho da Exposição, que foi um dos grandes acontecimentos coloniais deste século, é consolador, olhando de alto uma paisagem que vai encobrir de vez Portugal—uma vez, enfim—ter o seu lugar entre as grandes nações imperiais da Europa e da América!

Assim se saibam utilizar o esforço que isso custou e as conseqüência que, sob tantos pontos de vista, dele vão resultar.

Paris, 30 de Outubro de 1931.

Página literária

O primeiro drama na selva

Pelo DR. AUGUSTO CUNHA

Advogado e escritor

Os seus dezoito anos, sequiosos de contacto com a vida, obsecados por arrebatadoras novelas de viagens e de aventuras, iam ter, finalmente, a plena satisfação dos seus desejos, iam ver todas as fantasias convertidas em maravilhosas realidades.

Percorrer os mares, os continentes, conhecer de perto a natureza, os amplos horizontes, explorar, descobrir talvez novas terras, novos mundos, tinham sido sempre os seus maiores desejos infantis, por certo herdados de anseios ancestrais da sua raça.

Já no paquete que o trouxera, tinha podido gravar para sempre na memória os cenários grandiosos, os horizontes sem fim, as inesperadas perspectivas, o poder titânico dos elementos e todas as maravilhas que nem a sua imaginação tinha conseguido atingir nunca. E tinha agora a sensação maior: o contacto com a natureza pura, com a natureza imaculada de profanações, com a natureza virgem da mais pequena mancha de civilização.

À medida que avançava maior ia sendo a sua admiração, o seu encantamento.

Tinha a seu cargo a exploração de uma larga zona e devia conduzir os indígenas que compunham a brigada sob o seu comando, até à maior latitude possível para o interior.

Por vezes o denso matagal, a selva brava, tornava-se quasi impenetrável, parecendo que nenhum ser civilizado tinha tentado ainda percorre-la.

Por isso o seu orgulho ia crescendo, ao sentir que era talvez o primeiro que devassava aqueles mistérios, que cortava aqueles troncos seculares, aquelas raízes fortes, poderosas, como artérias de musculosos, de gigantescos membros.

É, no meio daqueles negros que o seguiam, daqueles negros rudes, hercúleos, como que nascidos também da própria selva, êle era na verdade a única mancha civilizada, a destoar do cenário, a macular a selvática bravura primitiva e brutal do ambiente.

Conhecia pouco ainda o idioma indígena, que um intérprete lhe traduzia com dificuldade; e assim aqueles negros que o não entendiam, que êle também não entendia e com quem não podia falar directamente, eram para êle, afinal, como outros tantos produtos da selva, da selva brava, como outros tantos hercúleos troncos, de ágeis raízes, de fortes ramadas e de caprichosa, de encarapinhada copa; como outra floresta negra e primitiva que o rodeasse e o seguisse.

Ia-se sentindo, assim, cada vez mais só! É essa mesma sensação dava-lhe força, dava-lhe orgulho, dava-lhe um estranho alento, um poder até então

desconhecido e que, pouco a pouco, brotava de ignorados recantos do seu ser voluntarioso, altivo, dominador.

Deviam ter andado muitas léguas desde o romper de alva, e nenhum cansaço sentira ainda, tal era a tensão nervosa que o dominava, naquele primeiro ímpeto ainda

poderoso e forte que o impelia para o desconhecido.

Sempre tinha sonhado, sempre tinha desejado essa vida de aventuras; o imprevisito atraía-o como um íman irresistível.

O perigo, o mistério da selva, a caça às feras tinham sempre febrilmente povoado a sua imaginação.

Mas, apesar da longa caminhada, das léguas percorridas durante o dia, não tinha havido por enquanto o mais ligeiro incidente, o mais pequeno encontro perigoso ou imprevisito.

Ia parar, saber em que altura estava, mas nisto, bruscamente, mágicamente a noite caiu quasi sem transição sobre a caravana.

Se bem que prevenido já daquelas rápidas mudanças que tão bem condiziam com tão feérico cenário, êle, pela primeira vez, sentiu um penoso desalento, uma estranha angústia, uma tristeza indefinível, acabrunhante. Sentiu-se, então, mais só, mais irremediavelmente afastado do mundo, do seu mundo habitual.

Mas o intérprete veio informar que deveria estar perto duma pequena povoação, onde poderiam passar aquela primeira noite.

Não era êle, portanto, o primeiro ser humano a devassar essas paragens. Contudo tinha esperança de que mais para o interior, encontraria regiões ainda inexploradas. E a brigada seguiu.

Mas nisto um som medonho, terrível, mixto de trovão ou de rugido, ecoou sinistramente. Estacou petrificado. De facto, na escuridão da noite, naquele ambiente cheio de grandeza e magestade, aquele ruído pavoroso e grave, causava calafrios.

O intérprete, sem disfarçar o seu temor, veio dizer que era o rugido do leão, que fazia ouvir a grande distância a sua voz potente, a sua voz terrível.

Mas chegavam precisamente à povoação anunciada—meia dúzia de palhotas isoladas em pequena clareira no matagal.

Acenderam-se fogueiras e depois de uma leve refeição, êle entrou na palhota maior que lhe fôra indicada—a do chefe—onde havia, apenas, além de pequenas coisas vagas e confusas na escuridão, uma pobre e desconjuntada cama de campanha, que al-

gum outro explorador ali deixara e era, afinal, o único móvel, o maior requinte de conforto que êle poderia encontrar em plena selva.

Extenuado por tão longa caminhada, deitou-se



Um lindo exemplar de cafeeiro, da fazenda
Tabi - Ambriz

decidido a cair no sono rapidamente, sem transições, tal como a noite sobre o dia.

Mas o rugir do leão tinha-lhe ficado como que a ecoar dentro dos ouvidos e, coisa estranha, apesar da fadiga que sentia, não conseguia entregar-se completamente ao sono reparador, ao sono que lhe apagara dos tímpanos e do cérebro aquela desagradável impressão do rugir da fera na distância.

Passaram duas, três horas de cruel insónia, de torturante luta entre o cansaço físico e a excitação nervosa que tal sensação lhe provocara. Até que, pouco a pouco, olhos cerrados, sentiu que a fadiga ia finalmente vencê-lo. Já um bem-estar intraduzível o invadia lentamente, quando um ruído estranho, ligeiro a princípio e depois mais nítido, mais sensível, lhe fez bater apressadamente o coração. E perfeitamente desperto, mas sem se mover, num pavor mortal, intraduzível, ficou atento, comprimindo a respiração, numa brutal tensão de nervos.

De novo, mais distintamente, o mesmo ruído, como que um arranhar lento e cauteloso, se ouviu precisamente do lado do seu leito, como que debaixo do seu próprio leito. O pavor gelava-o. Ficou de novo à escuta procurando não se mover, não dar o menor sinal de si. O coração batia-lhe tão fortemente que chegou a temer que as suas pulsações fôsem perturbar o silêncio, o trágico silêncio daquela enervante expectativa.

E milhares de conjecturas, como imagens de filme num écran, perpassaram rapidamente no seu cérebro.

Mas de novo o ruído se fez ouvir. Dava-lhe a impressão de um esgravatar teimoso, persistente, como que um raspar de garra escarvando a terra, envolvendo-a, procurando talvez uma passagem.

Decerto a fera atraída pelo cheiro de carne fresca, talvez, quem sabe, farejando carne branca, manjar apetitoso, manjar raro em tais paragens, tinha procurado o acampamento, tinha-se aproximado da palhota, sem que a tivessem pressentido.

Nisto, um novo som, mas desta vez mais nítido, mais forte. E cada vez lhe dava mais a impressão que vinha debaixo da sua própria cama. Talvez a fera tivesse, pouco a pouco, escarvado a terra, tivesse aberto passagem sob a palhota até junto do seu leito e estivesse, quem sabe, precisamente agora a completar a sua obra, a procurar meter o seu corpo através da galeria que tinha aberto. E assim, dentro de breves instantes, de breves minutos talvez, teria atravessado, iria atacá-lo sem que êle tivesse tempo de chamar, de pedir socorro, de pedir auxílio.

Então uma nova série de rápidas, de febris interrogações, nervosamente acudiram ao seu espírito.

Seria melhor chamar alguém imediatamente?! Ou não estaria a fera ainda longe do termo da sua obra e tal precipitação em pedir socorro, não iria tornar-se como sinal de medo, de fraqueza?!

Sim, não iria êsse seu gesto inferiorizá-lo, diminuir-lo perante os negros, perante os quais, pelo contrário, convinha demonstrar a máxima bravura, a máxima coragem?

Entretanto o ruído enervante, parecia repetir-se cada vez com mais curtos intervalos, decerto porque a fera procurava terminar a sua obra antes de romper o dia.

E, numa terrível angústia, numa trágica indecisão, o seu pensamento continuava confusamente voando no mar revolto, no mar encapelado das suas desordenadas e febris interrogações. De quando em quando olhava furtivamente os ponteiros luminosos

Angola



Uma vista da ponte e palmeiras da fazenda Granja Gloria,
Barra do Dande

do seu relógio de pulso mas os minutos corriam numa aflitiva lentidão; os ponteiros pareciam fatigados também pelo trajecto extenuante daquele primeiro dia de emoções.

Nunca tinha ambicionado, com tanta veemência,

com tanto ardor, a luz do sol, o dia claro, o dia re-dentor.

Então, fora da palhota vários movimentos se produziram; como que o ruído de passos apressados.

Seriam já os negros presentindo o romper da alva, ou seria ainda a fera?

Mas, de novo, debaixo do seu leito, o mesmo ruído, o mesmo esgravatar teimoso, constante, persistente. Decididamente ia chamar. Era uma estúpida temeridade permanecer assim. Tanto mais que podia fazê-lo, sob qualquer pretexto, sem dizer, sem confessar o seu receio.

Mas, para se mover, para se levantar dum salto, seria necessário um grande esforço, por estar há tanto tempo como que petrificado, inteiriçado naquela trágica expectativa, naquela ansiedade torturante.

Ia erguer-se, mas quasi bruscamente, tal como llnha desaparecido, a claridade surgiu, num crescendo rápido, sensível, como luz eléctrica em tablado de feerie.

Angola



A casa de residência da fazenda Tabi, da firma J. Martins, Ltd.^a do Ambriz

Era o dia, enfim, era o sol, era a luz, era a salvação.

Ergueu-se, então, dum pulo: sacou rápido da carabina e, apontando-a na direcção do seu leito, de olhos muito abertos, atentos ao menor movimento que fizesse mover as roupas caídas de sobre a sua cama até ao chão, esperou, um, dois, três segundos.

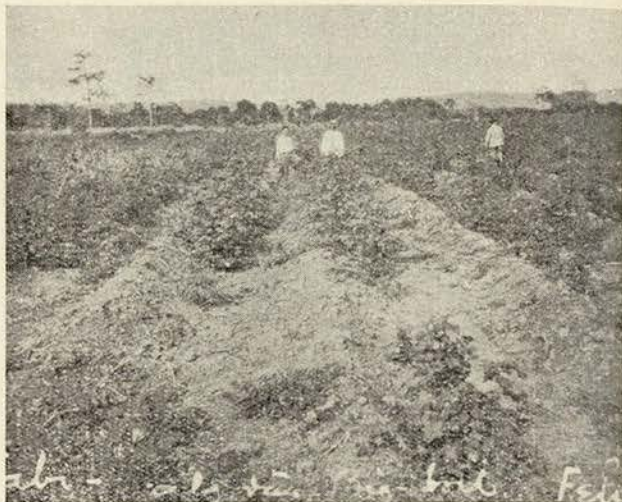
De novo o mesmo ruído, o mesmo raspar sinistro, o mesmo arripiante esgravatar de garra sobre a terra, se fez ouvir mais nítido, inconfundível.

Uma brusca reacção a toda a longa tensão nervosa, a todo aquele anseio febril de longas horas, fê-lo saltar num ímpeto irreprimível, de carabina aperrada, pronta a disparar e, com pé certo, a

cama de campanha foi brutalmente atirada de encontro à parede da palhota.

Mas, então, foi o pasmo que o petrificou, ao

Angola



Uma linda plantação de algodão na fazenda agrícola Tabi—Ambriz, da firma João Martins, Limitada

mesmo tempo que a alma lhe caía aos pés, juntamente com a carabina e com toda aquela coragem, aquele sangue frio, agora perfeitamente inúteis e ridículos.

Sob o seu leito apenas tinha passado a noite, acorada, uma pacífica, uma pobre galinha inofensiva que acabara precisamente de pôr numa cova, pacientemente preparada, o seu ovo matinal; um

Angola



Uma plantação de ananazes da fazenda Granja Glória—Barra do Dande

ovo, que, a-pesar do salto que ela deu, assustada por tão inesperada, por tão ruidosa mutação, tinha ficado de pé, na areia, como o ovo de Colombo.

Funcionalismo Colonial

Pelo Capitão de Artilharia de Costa

ANTÓNIO JOSÉ CARIA

Diplomado com o Curso Superior Colonial

III

NÃO queremos deixar sem resposta as objecções suscitadas pelo nosso primeiro artigo publicado sob este título e a errada interpretação dada a algumas das nossas afirmações.

«Reconhecer o que de bom há feito nas Colónias» não é esquecer o que de mau ali existe. E quando se trata de contribuir, ainda que modestamente, para que um dos principais factores do seu engrandecimento melhore e possa corresponder inteiramente ao que dêle se tem de exigir, um só caminho se apresenta: é apontar-lhe os defeitos, sem grosseiras, mas também sem falsas delicadezas, dizendo claramente quais os vícios de origem que o prejudicam e neutralizam, tanta vez, muita inteligência e boa vontade.

E foi assim que procedemos, do que não estamos arrependidos. Em breves palavras indicámos o que outros países fazem, com vantagens manifestamente comprovadas e a negligência com que, entre nós, se tem encarado tão importante questão. E dada esta explicação a que nos julgamos obrigados pela deferência e consideração que nos merecem os nossos leitores, passemos a analisar os argumentos de que se serve o senhor J. M. da Silva, que pecam todos por extraordinariamente fracos e inconsistentes.

Diz o senhor Silva que é também «dos que desejam sinceramente» para as nossas colónias, um funcionalismo devidamente preparado, cuja acção será naturalmente orientar a administração no sentido dum maior aperfeiçoamento, melhorando o que disso carecer e substituindo, certamente, o que fôr julgado nocivo.

Confessa assim o nosso opositor a sua plena concordância com o que escrevemos, que não é, infelizmente, um ponto de vista original. Apenas nos limitámos a expôr idéas indiscutivelmente aceites por todos os colonialistas nacionais e estrangeiros. E, assim, defendendo o nosso ponto de vista como podemos e entendemos—segundo escreve o senhor Silva—estamos em muito boa companhia, o que nem sempre acontece a tôda a gente.

Mas enunciando estes princípios e defendendo a sua integral adopção, teríamos, involuntariamente, cometido uma injustiça para com alguém? Estamos absolutamente convencidos que tal não sucedeu pelos seguintes motivos.

É ou não verdadeira a afirmação, que fizemos, que no recrutamento do nosso funcionalismo colonial não se tem exigido muitas vezes—ia a dizer sempre—uma preparação especial? É ou não verdade que muitos dos nossos funcionários coloniais têm sido providos nos seus cargos sem qualquer espécie de concurso e, até, com conhecimentos bem insignificantes? E, havendo concursos, não têm sido os seus programas, tanta vez, reduzidos a um mínimo

de matérias que, quando muito, podem corresponder ao ensino professado no segundo ano dos liceus?

Que nos lembre, neste momento, está nestas condições o programa do concurso que no ano findo se realizou na província de Moçambique, que, na parte destinada a avaliar do grau de intrusão dos candidatos, apresentava como dificuldade máxima a solução de problemas por uma regra de três ou de mistura, transcendência científica há muito conhecida de qualquer antigo comerciante de secos e molhados.

E, quando desrespeitadas as mais elementares regras, indispensáveis em tão melíndroso assunto, pode alguém acusar-nos pela atitude que tomamos? Por certo que não, pois ela se baseia em factos por todos conhecidos. E tal afirmação não implica o desconhecimento do que de bom se tem realizado, dos grandes esforços dispendidos e da inteligência e boa vontade que muitos funcionários coloniais têm posto no desempenho da sua difícil e árdua missão.

Com bastante mágua confessamos que das possessões portuguesas apenas conhecemos a província de Moçambique, onde estivemos em 1917 e 1918. Muitas centenas de quilómetros ali percorremos e do que vimos, desde o Rovuma a Lourenço Marques, alguma coisa retivemos na memória. Atravessámos a pé os districtos de Quelimane e Moçambique e grande parte do território então sob a administração da Companhia do Nyassa. Não tinham ainda n'essa época, sido entregues à administração civil os districtos de Quelimane e Moçambique—só ali havia comandos militares—e já neles se viam muitas estradas e ótimas instalações para pessoal e para os serviços, não tendo sido igualmente esquecida a assistência aos indígenas.

Mas nesse tempo completamente desconhecidos dos problemas coloniais, não podíamos apreciar, tão exactamente como hoje, as deficiências. O contacto com os indígenas e a convivência com os práticos, não nos deram elementos suficientes para bem julgar da multiplicidade de aspectos da administração colonial.

Só, depois, o estudo aturado e consciencioso que dos assuntos coloniais fizemos na Escola Superior Colonial, nos permitiu avaliar na complexidade dos problemas que em tais paragens se apresentam.

Ora dêste facto não pode o senhor Silva admirar-se. Supomos que este senhor só tem prestado serviço na colónia de Moçambique, mas mesmo que assim não seja não conhece certamente todas as colónias portuguesas. Contudo, isto, não o impede de «conhecer parte dos erros até hoje cometidos na nossa administração colonial, suas origens e consequências», conforme escreve no seu artigo. E se não ignora esses erros, suas origens e consequências, é porque, indubitavelmente se encontra na posse do conhecimento das mais importantes questões coloniais.

Se de facto assim é, esta ciência não lhe adveio, certamente, do desempenho das suas funções mesmo numa única colónia. Seria, então, assombroso o seu poder de generalização a que não assustavam as diferenças de climas, latitudes, longitudes, raças e continentes!

Ora o empirismo não tinha essa acção mágica e querer emprestar-lha seria duma ingenuidade infantil.

Foi, por consequência, o estudo que entregou ao senhor Silva esta competência de que se diz pos-

suidor. Portanto não seria necessário, pelas mesmas razões, que nós tivéssemos estado nas colónias para delas sabermos alguma coisa. É uma idea estafada, já há muito caída na mais miserável decrepitude, o julgar-se que nada se pode saber de colónias desde que nelas se não tenha estado.

Talvez o senhor Silva ignore que alguns dos mais ilustres e respeitadas tratadistas coloniais nunca saíram dos seus países; talvez ignore, também, que muitas das mais importantes questões coloniais portuguesas têm sido resolvidas, e bem, por pessoas que apenas viram as colónias em cartas geográficas, porque, se assim não fôsse, não teria este senhor registado no seu artigo a dúvida que tivéssemos estado alguma vez no Ultramar.

A ciência colonial, como todas as ciências, é o fruto da experiência e do trabalho de muitos anos, cujos ensinamentos cuidadosamente metodisados poupam às gerações, que se sucedem, muita fadiga e desganhos. Evita-se assim andar o caminho já por outros percorrido. À custa do passado, ensina-se a prever o futuro.

É este, unicamente, o segrêdo de tóda a especialização que entrega, a quem inicia uma carreira, materiais que, só com a prática, numa vida inteira seria impossível coligir.

Tal é a superioridade dos especializados, superioridade que não impede o respeito por tudo que dêle fôr digno, mas que obriga, igualmente, a não poupar o que é mau.

Diz, também, o senhor Silva que fechamos propositadamente os olhos a muita coisa boa que se tem feito nas colónias e acrescenta «embora nem sempre ordenadamente».

Este «nem sempre ordenadamente» é duma notável infelicidade para a defesa «pro domo sua» que este senhor se propõe fazer. Tem sido justamente esta falta de método a causa de muitos insucessos bem lamentáveis, porque a falta de preparação muita vez tem aplicado uma simples regra matemática ao campo administrativo. A ordem dos factores aqui, não é arbitraria. A entrada em acção de cada um dos elementos necessários para a solução dum problema tem de ser feita na sua devida altura e conforme as circunstâncias, sob pena de, podemos dizer na maioria dos casos, se tornar completamente estéril e até às vezes prejudicial tóda a energia e recursos dispendidos.

Está, também, em erro quando parece querer afirmar que já hoje não existem dificuldades. Desapareceram ou diminuíram, é verdade, muitas dificuldades que outrora se apresentavam; mas o mundo não pára. Em cada hora que passa novas questões surgem, outros problemas se deparam que, com certeza, são a maior parte das vezes bem mais difíceis de pôr em equação. A vida, dia a dia, se complica e torna mais difícil.

E permitam-nos que se diga outra vez o que no nosso primeiro artigo escrevemos. A acção que se requiere, e é indispensável, não se compadece com improvisações, nem com um saber adquirido exclusivamente à conta da experiência pessoal que, quasi sempre, peca por falta de oportunidade. Ela tem de ser rápida e acertada.

E só pode satisfazer a estas condições se assentar em bases científicas. Não sendo assim corre os riscos duma parada na roleta; pode desaparecer por completo.

Lamenta depois o articulista que os diplomados não tenham aparecido até hoje em grande número na colónia de Moçambique, e diz, também, estar convencido que eles faziam uma melhor obra.

Que ingenuidade revela esta afirmação!... Como se o senhor Silva não soubesse que aos diplomados pela Escola Colonial têm sido, sempre, levantados os maiores obstáculos quando querem ingressar no quadro administrativo de qualquer colónia.

E explicada assim a razão que se tem oposto à ida de mais diplomados para as colónias, continuemos a fazer a análise do que escreveu o nosso opositor.

É evidente que a Bélgica antes de ter a sua colónia, não tinha colónias. É uma verdade do amigo Serrano. Mas, também, ninguém ignora que apenas aceite a idea de se tornar numa potencia colonial logo procurou organizar a preparação científica do funcionalismo congolês, o que conseguiu com notável brilho e proveito. O mesmo aconteceu às outras potências, escreve-se a seguir no artigo em questão.

Mas é justamente essa a falta de que nós acusamos a administração colonial portuguesa; falta que ninguém pode contestar.

Certamente que nas Colónias dos outros países há também muita coisa que não é para recomendar e outras que só servem de tabuleta. Temos idade, ilustração e experiência da vida suficiente para saber que assim é. Mas não se trata agora de ver os males dos outros, que bem pequenos são ao pé dos nossos. Trata-se exclusivamente de marcar com clareza os erros cometidos no recrutamento do novo funcionalismo colonial, que se fôsse exigente, como competia, muito melhor teria aproveitado todas as qualidades de colonisadores que bem caracterizam a nossa raça. Neste intuito escrevemos o que tantos reparos provocou.

E agora antes de terminarmos este artigo, mais algumas palavras sobre a reprodução que fizemos duma história que nos contaram acerca dum concurso realizado em Moçambique. A versão do sr. Silva em nada altera a conclusão a que chegamos: um candidato casou um homem depois de morto.

* * *

Sobre a última parte do artigo do senhor José Manuel da Silva, apenas julgamos dever dizer que só por êle tivemos conhecimento desse facto, porque nos parece absolutamente desnecessário acrescentar qualquer coisa aos esclarecimentos que esta revista já publicou no mesmo número em que o referido artigo foi dado a lume.

E assim terminamos esta questão a que entendemos não dever voltar, porque nunca pretendemos diminuir, nem elevar ninguém. Unicamente nos guia a certeza de defendermos um princípio justo que é preciso fazer respeitar no interesse da nossa terra.

Mário Cunha, Limitada Lisboa e África

Grande stock de artigos para permuta—Completo sortimento de artigos para armarinho
COMÉRCIO—AGRICULTURA

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

SEDE EM LISBOA — RUA DA CONCEIÇÃO, 120, 1.º

SUCURSAL — NOVO REDONDO

Avenida Dr. José Maria de Aguiar

Telegramas: QUANZASUL

A viagem do Senhor Ministro das Colónias a Paris

Partiu para Paris, onde foi assistir ao encerramento da Exposição Colonial, o sr. dr. Armindo Monteiro, ilustre Ministro das Colónias. Acompanha-



Sua Ex.^a o Senhor Ministro das Colónias com os alunos da Escola Superior Colonial, momentos antes da partida.

nhou-o um grupo de coloniais que darão à visita de S. Ex.^a um extraordinário relêvo e que constituem a mais brilhante embaixada que o colonialismo português poderia levar a Paris: João de Almeida, o mais representativo dos nossos coloniais vivos, Gago Coutinho de quem já se disseram todos os adjectivos e que é, porventura a figura nacional mais grata ao coração português e Vieira da Rocha, um dos heróis de Mousinho.

Não duvidamos do êxito que vai ter a Missão



Outro aspecto da partida para Paris de S. Ex.^a o Senhor Ministro das Colónias

do sr. dr. Armindo Monteiro, chefe digno, por tantos títulos da comitiva que o acompanha.

No próximo número, visto que neste é já impossível, daremos sobre este acontecimento as notas e os comentários a que certamente vai dar lugar.



Durante a visita do sr. Ministro das Colónias o sr. brigadeiro João de Almeida fará, em Paris uma conferência sobre «O espírito da Raça Portuguesa na sua expansão Além-Mar».



Uma das notas mais interessantes da despedida do sr. ministro das Colónias foi dada pelos professores e alunos da Escola Superior Colonial. Os professores iam ali agradecer-lhe as provas de interesse pelo desenvolvimento e prestígio do estabelecimento de ensino em que servem. Os alunos guiava-os um sentimento de admiração e também de reconhecimento pelo ministro que, desde o primeiro dia de Governo, tem afirmado iniludivelmente o firme propósito de tornar efectivas as regalias e direitos que a lei concede há muito aos que obtêm o diploma do curso da Escola para o provimento dos cargos administrativos das colónias, regalias e direitos até agora sistematicamente menospresados pelos respectivos governadores.

O sr. dr. Armindo Monteiro, correspondendo gentilmente à manifestação dos alunos, que à partida do comboio lhe levantaram os mais calorosos vivas e a Portugal, prestou-se a tirar com eles um grupo fotográfico.

A visita do Sr. Ministro das Colónias a Paris

A «Portugal Colonial» que no próximo número dará um desenvolvido relato da Visita de S. Ex.^a o Ministro das Colónias a Paris e a Bruxelas, congratula-se, desde já, pela maneira admirável como S. Ex.^a tem sido recebido pelas maiores individualidades coloniais francesas e, bem assim, com alegria presta sincera homenagem a S. Ex.^a pela forma brilhante como tem representado lá fora o Império Português.

À última hora recebemos a informação que o govêrno holandês convidou oficialmente o sr. Ministro das Colónias a visitar a Holanda.

Ainda a Exposição de Elizabethville

No nosso número 6 fizemos uma referência à representação de Angola na Exposição de Elizabethville na qual puzemos em relêvo a obra realizada pelo dr. Abel Pratas na Estação Zootécnica do Sul.

Como seria injusto omitir — o que só por lapsso fizemos — o nome do director dos Serviços Pecuários, dr. Almeida d'Eça que na organização da representação de Angola em Elizabethville, dispendeu o melhor dos esforços, não queremos deixar passar mais tempo sem reparar a injustiça e felicitar o ilustre funcionário pelo brilho do seu trabalho.

É muito freqüente, principalmente neste momento em que uma crise de super-produção assusta todo o mundo, ouvir dizer-se, e com razão, que é necessário aumentar o consumo para que o desejável equilíbrio se dê.

Ao passo que entre os povos civilizados, se torna um pouco difícil conseguir êsse aumento outro tanto se não dá com o indígena africano, por exemplo, na sua maior parte vestindo um bocado de pele e calçando aquelas irrompíveis solas que Deus lhe deu. Generalizando: o preto pode ser um grande consumidor. A questão é conseguir que êle aumente as suas faculdades de produtor em matérias primas.

Três são as soluções para desenvolver a produção colonial de países primitivos e fraca densidade de população e é êsse o caso das colónias portuguesas e em África, Guiné, Angola e Moçambique.

a) Aumentar o número de trabalhadores;

b) Aumentar a duração do trabalho humano;

c) Ir buscar o suplemento de energia às máquinas e aos animais.

a) O aumento do número dos trabalhadores pode resultar quer da emigração quer da natalidade.

A emigração — além de cara e de todos os inconvenientes de ordem moral e material que acarreta — é coisa quasi impossível hoje que todas as colónias guardam ciosamente os seus trabalhadores.

Quanto à natalidade, muita coisa se podia e se deve fazer, evitando a enorme mortalidade infantil devida à falta de higiene, bastando citar que só a mortalidade devida a infecção umbilical vitima na África Ocidental um quinto dos recém-nascidos! Para o nosso caso o processo é muito vagaroso e embora muito se tenha feito, não resolve de momento o problema.

b) Aumentar a duração do trabalho humano seria um processo difícil se não impossível, pois viria a dar uma espécie de nova escravidão. Além disso é preciso atender que o trabalho sob os trópicos é mais esgotante que nos climas temperados e que o preto também necessita períodos de repouso, como qualquer de nós, não podendo exigir-se-lhe o folego de uma máquina.

E tanto isto é assim que sempre que se tenta uma cultura nova se constata praticamente que há uma redução correspondente de certas culturas anteriores, ficando assim na mesma a força-trabalho empregada e isto ainda com prejuízo das culturas alimentares muitas vezes desfalçadas por um maior esforço empregado na cultura de exportação.

c) A única solução será portanto ir *buscar o suplemento de energia às máquinas e aos animais* como

se dizia numa comunicação que o Governador da Guiné Francesa apresentou à Academia das Ciências Coloniais em 5 de Junho de 1925.

É portanto necessário substituir o homem pelo animal tanto quanto se possa, sendo demais em África, o animal um capital quasi improdutivo sob o ponto de vista de animal de tracção.

Segundo o volume ultimamente publicado pelo senhor Ribeiro Salgado «Le Bresil et les Colonies Portugaises» temos na Guiné, Angola e Moçambique para cima de três milhões de cabeças de gado bovino, pertencendo na sua grande parte a indígenas.

Mesmo que se aproveitasse uma pequena parte de todos êsses animais que por ora estão quasi improdutivos poderíamos dispôr de uma força de muitas dezenas de milhares de HP. representados por essas simplíssimas máquinas, não precisando de en-

genheiros nem de técnicos, pacificamente guiadas e dirigidas pela mão trenada do indígena.

* * *

Há quem critique a cultura feita pelo indígena, apontando como principais inconvenientes os seus métodos de produção, tão pouco aperfeiçoados que bastaria um movimento de produção mais aperfeiçoado em qualquer canto do globo para abalar a situação dos seus mercados, citando-se como exemplo, a palmeira do dendem e a borracha.

Além disso, a cultura indígena, muito dispersa, não permite a luta contra doenças das plantas, etc., ao passo que uma plantação europeia, com pessoal competente as pode muito melhor combater. Sob o ponto de vista comercial, a falta de uniformidade e má qualidade do produto, não lhe permite um preço igual ao do produto saído de uma plantação europeia.

Parece portanto, em teoria, que a exploração europeia é um organismo económico mais sã do que a pequena propriedade indígena e que tem consequentemente mais facilidade de desenvolvimento.

Entretanto nem sempre isto se verifica. São do conhecimento geral os brilhantes resultados obtidos no Senegal com a cultura do amendoim, exportando mais de 30 % da produção mundial e na Costa do Ouro com o cacau, que há pouco mais de 30 anos não era cultivado e que está presentemente pesando na produção mundial com cerca de 220.000 toneladas. Note-se que ambos êstes produtos são de cultura essencialmente indígena.

Há um facto muitíssimo importante a favor da cultura feita pelo indígena: é que os seus produtos saem mais baratos do que cultivados pela grande propriedade, sobrecarregada de despesas gerais e tendo em vista tirar lucros apreciáveis, não falando já do desperdício, que pela sua barateza, muitas ve-

Desenvolvimento da Agricultura feita pelo indígena em seu próprio proveito

POR

AMÉRICO BAPTISTA DE SOUSA

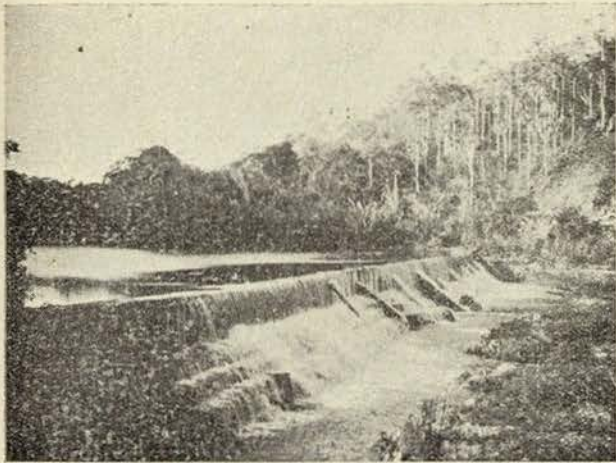
*Funcionário administrativo da Colónia de Moçambique
Aluno laureado da Escola Superior Colonial*

I

zes se faz da mão de obra nas empresas capitalistas.

Num artigo publicado no *Boletim da Agência Geral das Colónias*, de Fevereiro de 1931, diz o senhor Coronel Lopes Galvão: «Em Quelimane, a exploração agrícola está organizada e é feita pelas

Angola



Um açude no rio Onzo, para elevação das águas que vão irrigar a fazenda Tabi, Ambriz

grandes empresas. A produção é intensiva mas dispendiosa. As máquinas, o pessoal, as instalações, tudo absorve muito dinheiro. Em Moçambique a exploração agrícola é feita pelos indígenas. O tempo que eles despendem em amanho a terra, em semear e em colher não conta. E na mesma lavra trabalha o indígena, a mulher e os filhos. Todos trabalham. O transporte para os locais de transacção do produto também não custa dinheiro.

Não mete linhas ferreas nem camions; vai tudo à cabeça e é transportado pelo dono. A agricultura é, pode dizer-se exclusivamente indígena, logo a produção deve ser muito mais barata».

E sendo mais barata pode portanto concorrer com vantagem aos mercados.

Se por vezes a falta de uniformidade do produto é manifesta a êsse inconveniente se pode obstar se se estabelecerem restrições na saída de produtos nessas condições.

Desta maneira o comprador recusa-se a transacionar um produto mal apresentado e por êsse motivo obriga o indígena a ter mais cuidado e a apresentar à venda a sua colheita melhorada.

A fim de melhorar a agricultura indígena têm-se estabelecido, em várias colónias estrangeiras estabelecimentos de ensino agrícola, assim como outras medidas destinadas a contribuir para êsse melhoramento.

Começarei pela Rodésia do Sul, por ser a primeira colónia estrangeira que visitei:

Rodésia do Sul—A princípio pensou-se que o indígena não se interessava pela agricultura, como um assunto de ensino escolar e simplesmente desejava aprender ofícios que lhe trouxessem ocasião de

se empregar entre europeus, principalmente nas indústrias de construção e carpintaria. Depois de uma luta de quatro anos, introduziu-se o processo de dar, individualmente, $\frac{1}{10}$ de hectare a cada aluno, em vez de aplicar o sistema, anteriormente seguido, do trabalho em conjunto em maiores tratos de terreno, explicando-se na escola o que havia a fazer no campo, insistindo-se na ideia de que, na sua parcela de terreno, o aluno era o responsável por cada operação cultural, desde a preparação da terra até à colheita e pesagem do produto cultivado.

Fez êste processo com que o indígena começasse, embora vagarosamente, a perceber que ainda havia alguma coisa a aprender, mesmo acerca das vulgares culturas da sua aldeia.

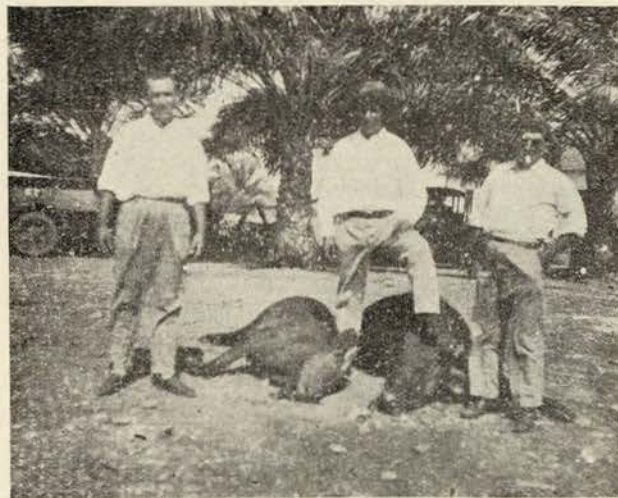
O interesse crescente, auxiliado por alguns resultados notáveis, fez com que haja presentemente alunos que pedem para apenas aprenderem agricultura, dizendo que pretendem vir a ser futuros agricultores na sua aldeia.

Em 1928 realizaram-se cinco demonstrações com os alunos do 3.º ano, na reserva indígena.

É interessante notar que as parcelas destinadas às experiências foram escolhidas e marcadas no meio das propriedades indígenas, fornecendo os donos o adubo e o trabalho necessário para ajudar o «demonstrante», ficando o produto depois de colhido e pesado propriedade do dono da terra; e o que é mais: — conseguiu-se uma média de 34 sacos de milho por hectare!

É também notável a formação de uma associação de agricultores indígenas, constituída presente-

Angola



Mãe e filha. Resultado duma caçada na fazenda agrícola Tabi—Ambriz

mente pelo director da escola, como presidente sendo seus membros os mais velhos indígenas das aldeias.

Alguns dos indígenas tem já tão aumentada a sua produção que puderam comprar arame farpado para vedar a sua propriedade e comprar cultivadores e semeadores.

* * *

Dahomey—A agricultura está toda nas mãos dos indígenas, excepto uma exploração de cafezeiros e cacoeiros pertencentes à missão católica, limitando-se o europeu à compra dos produtos ou à sua transformação.

Além das culturas indígenas melhoradas, a Repartição de Agricultura importou cacoeiros, sízal, etc., e diversas essências fruteiras e florestais, escolhendo entre todas estas plantas e procurando intensificar a sua cultura na região que a elas mais convém.

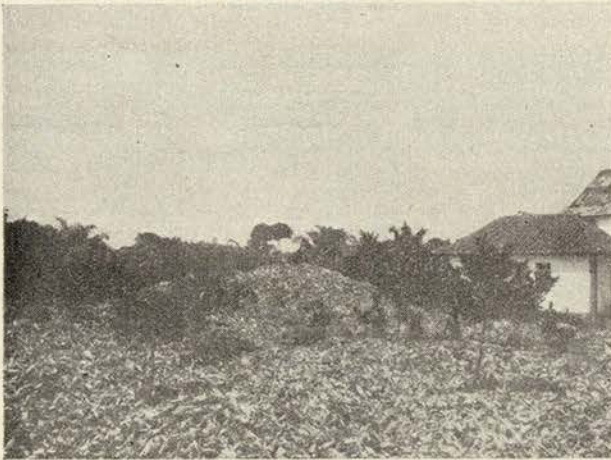
Há centros de melhoramento de café, coqueiro, tabaco, etc., que fornecem plantas e sementes, melhorando por uma selecção contínua as variedades reconhecidas como sendo as melhores e introduzindo as alfaias mecânicas de preparação desses produtos.

Em Djougou estabeleceu-se uma escola que tem por fim introduzir o uso da charrua e de outros instrumentos de cultura de tracção animal.

Vejamos alguns números da exportação em toneladas:

	1923	1926
Óleo de palma.....	14.000	19.000
Coconote.....	37.000	45.000
Copra.....	55	84
Ricino.....	67	402
Algodão.....	312	1.200

Angola



Um monte de maçarocas de milho na fazenda Tabi—Ambriz

* * *

Sudão—A população escolar nos estudos agrícolas é formada por dois elementos:

a) Filhos de chefes e de indígenas de maior representação que veem fazer um estágio de alguns meses, durante o qual aprendem a lavar e a ensinar bois de trabalho. Quando voltam para suas casas recebem grátis uma charrua.

b) Alunos regulares para serem empregados, de-

pois de um curso de dois anos, como fiscais agrícolas.

Este curso tem dado muito bons resultados. Sendo a maior dificuldade o ensino dos bois de tra-

Angola



Uma avenida de bananeiras na fazenda *Granja Gloria*, da firma Felix & C.^ª, Barra do Dande

balho, criaram-se postos de fiscais agrícolas que trabalham em permanente contacto com os agricultores indígenas e têm por missão visitar os principais centros agrícolas da circunscrição, lavar para os indígenas que o pedirem, e ensinar bois.

Tem ainda por obrigação estes fiscaes cultivar uma certa área de terreno segundo os métodos aprendidos na escola, que desta maneira serve de permanente exemplo aos outros indígenas.

É muito interessante também a acção official desenvolvida em Setuba onde se fizeram trabalhos de irrigação que permitem regar por simples gravidade 5.000 hectares.

Embora o ensino agrícola não possa ser ministrado à massa da população, parece possível agrupar famílias indígenas num centro de cultura irrigada sob o controle e direcção de agentes europeus.

Foi isto que completamente se realizou na Estação Algodoeira de Niénebalé onde uma superficie de 120 hectares, dos quais 48 irrigáveis, foi entregue a nove famílias que tinham alguns membros habilitados com um estágio de instrução agrícola.

* * *

Congo Belga—Muito se tem desenvolvido a cultura indígena, existindo cooperativas para o fabrico de manteiga e fazendo o Estado cedência aos indígenas, de gado melhorado

Nos últimos anos a Quinta Experimental de Nioka formou numerosos agentes agrícolas a quem são ensinados além das práticas agrícolas, o ensino de bois para tracção, graças ao que, os chefes e principais da região possuem centos de bois que executam lavouras e até por vezes fazem transportes em carro.

Um único chefe lavrou para cima de 80 hectares!

O desenvolvimento das culturas tem sido grande, como se vê por exemplo: com o algodão que passou de 9.603 toneladas em 1924 para 24.300 em 1928.

(Continua no próximo número).



Uma linda vista das importantes salinas do capulo da firma João Martins, Limitada do Ambriz

Com vista aos ilustres Ministros das pastas económicas

NO N.º 3 desta revista, a páginas 31, publicamos uma local na qual demonstramos que determinada remessa de feijão importado de Angola da colheita de 1930, fizera uma despesa de cerca de \$36 por quilo, desde os portos de Angola até ao armazem do importador, o que achamos exagerado e para isso chamamos a atenção dos srs. Ministros das pastas económicas.

Com grande espanto nosso e o natural alarme dos interessados, sabemos que nova remessa de feijão da colheita de 1931, chegado o mês passado no vapor «Loanda», da mesma procedência e da mesma qualidade, fez as seguintes despesas:

12 tamborores com feijão, pêsso bruto 2.388 quilos.—Líquido, 1.958.

Frete ao vapor e descarga.....	262\$00
Direitos de importação	718\$00
Sélo.....	8\$00
Emolumentos gerais.....	4\$00
5 %.....	\$90
Pôrto de Lisboa	37\$65
Emolumentos pessoais.....	26\$00
Assistência	10\$00
Bilhetes, selos e despesas de expediente....	32\$00
Agência—Despachante	60\$00
Transporte para o armazem	48\$00
Total Esc	1.207\$05

ou seja *cêrca de \$62 por quilo*, correspondente portanto, a um aumento de *\$26 por quilo!!!*

O frete está calculado à base de 80\$00 por tonelada e 30\$00 para descarga, ou seja 110\$00 por ton.—da tabela anterior a 1 do corrente mês.

Será assim que se pretende acudir a crise de agricultura em Angola?

Há mais de um ano que o Govêrno nomeou uma comissão encarregada de estudar a redução de despesas dos produtos coloniais mais atingidos pela baixa de preços resultante da crise mundial.

O aumento verificado nas despesas de importação do feijão colonial será resultante do trabalho daquela comissão?

No entanto, todos reconhecem a grande e urgente necessidade que há de acudir à produção colonial, especialmente de Angola, onde o milho, o feijão, o algodão, etc., produtos que levam *cêrca de 4 meses* desde a sementeira à colheita, poderiam atenuar a grande crise daquela colônia, incitando os colonos à cultura daqueles produtos, contribuindo para o aumento de exportação, ajudando a resolver os problemas do desemprego e o das transferências.

Assim, quem é que se abalança à cultura de produtos que em vez de terem reduzidas despesas de importação, na metrópole, as veem aumentadas, como sucede com o feijão?

A notar ainda que o preço dêste produto baixou para *cêrca de 50 %* do preço que atingiu o ano passado.

DA IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

O princípio do equilíbrio dos orçamentos é hoje a sólida base em que assenta a administração portuguesa. No nosso vasto Império, excepção feita de Angola, todos o aceitaram como um grande dever de honra para com a Nação. Não podíamos dar ao Mundo maior prova de que não se perderam ainda, na raça, as eminentes qualidades e possibilidades de Colonização, que fizeram a força, a grandeza e o orgulho do passado, e hão-de fazer a força, a grandeza e o orgulho do futuro.

É por estas palavras que o Ministro das Colónias, sr. dr. Armindo Monteiro, começa a nota oficiosa sobre as condições financeiras presentes de Angola, nota oficiosa escrita após a sua viagem de estudo às colónias portuguesas. Segundo elle, nenhum problema colonial português apresenta dificuldades insuperáveis, e por consequência podem-se examinar e resolver corajosamente os acontecimentos presentes.

As condições são as seguintes: uma dívida flutuante elevada; um forte déficit previsto.

As soluções propostas: ou fornecer o Governo à colónia todos os recursos necessários para a livrar de apuros; ou, então, dar-lhe somente os fundos precisos para despesas produtivas. Ora, o déficit de Angola, de 100 mil contos (cerca de 120 milhões de francos) não pode ser coberto por um imposto a pagar pelos contribuintes metropolitanos, já suportando contribuições elevadas. Recorrer a um empréstimo — admitindo que se encontrava dinheiro — significava ladear a dificuldade em vez de a resolver. Recorrer a um aumento de circulação fiduciária, era voltar de novo às más práticas financeiras após um trabalho de saneamento que dura à cinco anos. Não restava mais que uma solução: a diminuição nas despesas por uma reorganização que permitisse à Metrópole assegurar a sua hegemonia na colónia reduzindo as despesas de administração. O prestígio do país sofrerá assim menos do que sofreria, nacional e internacionalmente, com o desequilíbrio orçamental perpétuo.

Tal é, grosso modo, a conclusão a que chegou o dr. A Monteiro. Para quem conheça o espirito português, e o gosto pelo optimismo verbal dos Lusitanos, este sentido exacto das realidades marca uma orientação nova.

O Ministro preconiza em seguida a volta a uma administração "económica e sã"; Ele cita o exemplo da Bélgica que, no momento mais culminante da crise, e em presença dum déficit de 160 milhões no Congo Belga, fez as reduções necessárias para reduzir aquele déficit a 84 milhões, dos quais, cerca de metade, são cobertos pelos fundos de reserva dos anteriores orçamentos.

A mesma casa (trata-se da importante casa comercial de Lisboa, Francisco Augusto Porto & Filhos, com escritório no Poço do Borratem—10) que importou as 2 toneladas a que acima fazemos referência, recebeu pelo vapor «Ganda», entrado nos últimos dias, 36 toneladas do mesmo feijão, para o que precisa de cerca de 22.000\$00 para o poder retirar da Alfândega!!! Mais que o valor do feijão. E o que é

Para conseguir fins semelhantes os portugueses devem por conseguinte "ascender por algum tempo ao plano superior em que somente se encontram os deveres", não devendo isolar-se no plano egoísta em que estão os interesses, as liberdades; os direitos.

Estamos agora bem longe da demagogia de que Portugal sofreu durante quinze anos.

Há já alguns meses que esta nota oficiosa foi publicada. O resultado foi laborioso. Depois da reforma administrativa apparece-nos uma reforma monetária. A moeda de Angola não é o escudo português, mas sim o angolano. Ora, as entradas de fundos são fracas, o investimento de capitais é, especialmente neste momento, quasi insignificante; o valor das importações é superior ao das exportações; os fretes são pagos em divisas metropolitanas ou estrangeiras; de tudo isto resultou que os bancos limitaram as transferências de harmonia com os pedidos que recebiam de Angolares, a colónia encontra-se assim privada de fazer as suas compras.

Medidas draconianas foram tomadas, reorganização das despesas administrativas, redução nos créditos, elevação dos direitos sobre mercadorias estrangeiras, de maneira a reduzir as importações, etc. etc, e, finalmente, a criação dum Fundo Cambial para a regularização das transferências. A imprensa portuguesa, a maioria da imprensa, foi-lhe francamente favorável. O espirito que presidiu à elaboração do decreto é francamente Imperialista. Nós não o podemos pois aplaudir com entusiasmo. A interdependência entre a metrópole e as colónias, que o decreto estabelece, é indiscutível; mas ela não deve ser absoluta, tirânica, paralisante, mas simplesmente deslizar-se a resolver uma crise passageira, a ser um remédio necessário, mas temporário.

Receamos que traga como consequência um proteccionismo excessivo. Se a ocupação militar de Angola por uma potência estrangeira é, hoje, uma hipótese absurda, a sua desnacionalização económica pode ser possível, porém não é provável que tal aconteça.

Com mais algumas palavras despidas de interesse, termina o artigo que hoje transcrevemos da "Quinzaine Coloniale"; não fugimos à tentação de acrescentarmos que não só se não dará em Angola a desnacionalização política, como também será impossível vir a dar-se a económica hoje, que uma verdadeira cabeça de Homem de Estado, vela pelo nosso Império Colonial.

mais interessante é que o regulamento para a entrega das cambias de exportação, prevê, para despesas desde os portos de Angola ao armazem do importador, apenas 10 %.

Mais uma vez apelamos, «em especial», para S. Ex.^a o Senhor Ministro das Colónias no sentido dum boa resolução do problema certos de que não será em vão que o fazemos.

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

O problema do trabalho indígena, nos seus aspectos sociais políticos e económicos é um problema comum a todas as nações colonias — um problema que tende, por esse motivo, a resolver-se segundo uma fórmula universal.

A economia colonial—sobretudo a que se desenvolve em regiões onde as circunstâncias de clima tornam impeditivo o emprêgo da mão de obra europeia—e o cumprimento da missão social que está cometida aos povos colonizadores, estão hoje fundamentalmente condicionadas pelas questões de trabalho e mão de obra indígena.

Desde a abolição da escravatura, de que Portugal tomou a iniciativa em 10 de Dezembro de 1836, 31 anos antes do Congresso Abolicinista de Paris a questão do trabalho indígena deixou de ser um problema exclusivamente económico para se integrar, por meio duma evolução que a Economia exigiu que fôsse metódica e cuidadosa, no quadro dos problemas sociais que as idéas modernas, mais humanas, tornaram acessíveis a todos os homens sem distinção de raças nem de cores.

Todavia a questão do trabalho indígena tem, geralmente, sido posta nesta velha Europa, em que as questões se debatem muitas vezes longe das realidades colonias, como a resultante dum conflito entre um ponto de vista económico e um ponto de vista social de humanitarismo —ambos extremos. Na verdade o problema só pode ser eficientemente encarado e estudado dentro duma fórmula de harmonia entre as necessidades duma economia civilizada e os direitos dum humanitarismo sensato. Não se pode exercer praticamente uma acção humanitária dentro duma economia desorganizada nem conduzir uma economia paralelamente a um humanitarismo que, embora na melhor das intenções conduza as populações nativas, por exemplo, à ociosidade, à imorodutividade e a todas as funestas consequências duma vida de inação. De resto o trabalho tem que ser um dos agentes mais preciosos dum humanitarismo que contenha em si a idéa da elevação, do aperfeiçoamento, da civilização, enfim, das raças indígenas.

Há pois, no interesse da economia colonial e no dos processos que tendem a melhorar a condição intelectual, moral e material do indígena, que harmonisar com bom senso comum dois pontos de vista que são compatíveis em lugar de os opôr numa incompatibilidade de teorias que a prática e a experiência colonial reprovam *in limine*.

Assim como a escravatura e as suas modalidades mais ou menos disfarçadas constituem uma violência intolerável sobre elementares princípios de humanidade que as sociedades modernas unanimemente adoptaram, também um humanitarismo que, ignorando as tendências e a mentalidade dos indígenas, os conduza ao direito de não trabalhar e à condição parasitária em que vivem nas suas organizações primárias, é uma violência que os interesses económicos legítimos não podem suportar e que se oporia à própria civilização das raças atrazadas.

Esforçam-se as nações colonias por desenvolver as suas colónias em estreita colaboração com os nativos, mas procurando ainda dentro de uma política indigna incerta a fórmula de conciliação, outras agindo já precisamente dentro de fórmulas próprias cuja elasticidade formal acompanha com segurança as fases de evolução dos indígenas para uma civilização mais perfeita. Em Portugal, podemos dizê-lo com orgulho, merecê duma experiência secular, duma aptidão exacta, dessa qualidade própria de cada português colonial que se chama o *génio colonizador* a fórmula é clara, eficiente e produz desde longa data, entre outros resultados notáveis, o de se desconhecer em colónias portuguesas o antagonismo de raças, qualquer modalidade disfarçada de escravatura ou preconceitos humilhantes e violentos sobre os nativos. Todas as nossas colónias se encontram ocupadas, quer nas posições de estratégia

económica quer nos mais distantes confins do sertão africano e por toda a parte o branco europeu trabalha com o nativo—aquele como um trabalhador persistente e realizador que não se limita a dirigir o trabalho do indígena, este como um colaborador voluntário e algumas vezes como senhor e proprietário das terras.

Sucedo porém que o extremismo humanitarista — esse extremismo que conduzirá as populações indígenas às suas organizações primitivas de barbarie e crueldade, que as aniquilaria mesmo, se um dia viesse a pôr-se em prática — se instalou na Sociedade das Nações, com um verbalismo declamatório e espetaculoso, malabariando com as suas utopias e os seus tropos, em ofensiva cerrada contra as nações colonias.

As sugestões e, porventura, um mandato imperioso da Rússia Soviética na sua obra de destruição da economia europeia, confusões manobras duma política internacional inquietante, expressões hábeis dos países que perderam as colónias ou que desejam orientar-se para empresas colonias, fizeram dêsse humanitarismo verbal e utópico uma arma que, no fundo, apenas parece destinada a embaraçar a economia dos países colonias a criar-lhes dificuldades graves e não a proteger ou defender direitos de raças indígenas.

A Imprensa Colonial e o Problema do Trabalho Indígena

Tese apresentada ao Congresso Internacional da Imprensa Colonial

por Henrique Galvão

Nenhum colonial conhecedor da vida nas colónias, habituado às dificuldades duma acção local, bem mais profunda em ensinamentos que a lógica dos diplomatas, deixaria de sorrir perante certos discursos que, em matéria de trabalho indígena, se lêem nos *comptes-rendus* da S. D. N. — se os pudesse tomar à conta de ingenuidade, de ignorância, ou de simples teorismo de espíritos repassados de cristianismo.

Portugal, a Bélgica e a França tem sido, particularmente, os alvos duma campanha de que as suas economias muito mais do que os seus indígenas, de resto submetidos a uma acção civilizadora notável, são o verdadeiro fundamento.

Esta atitude que é extremista, como o seria a daqueles que dentro da S. D. N. viessem hoje defender no interesse dum ponto de vista económico o restabelecimento da escravatura, assumida no alto duma Sociedade que, teóricamente, dirige os destinos do mundo, é, de facto embaraçosa para os países colonias e tem conduzido estes muitas vezes a situações delicadas, quer em face das populações nativas sujeitas à sua soberania quer perante problemas internacionais inquietantes.

E se de facto constitue um elemento de correção contra abusos e exageros que os pontos de vista estritamente económicos poderiam provocar na administração colonial, não é menos certo que ella própria carece de ser corrigida por uma acção de bom senso — esse bom senso que compreende as necessidades duma Economia moderna e os direitos duma sociedade humana.

Esta acção correctiva pode ser exercida pela Imprensa Colonial — imprensa especializada de técnicos, que no conhecimento profundo dos problemas e no sentimento de realidades elementares, facilmente dispõe e pode utilizar o bom senso que convém ao esclarecimento duma questão que precisa apresentar-se nítida e verdadeira para, no proveito de todos, bem se resolver.

Toda a Imprensa Colonial tem no estudo duma acção conjunta, com o objectivo de realisar pela critica, pela expansão dos dados do problema, pelo noticiário e pela refutação de todos os argumentos ou idéas contrárias a uma realidade colonial, o ambiente necessário às soluções reais, práticas e humanas do problema de trabalho indígena, o interesse do próprio país a que pertence — um interesse comum e muito digno de todas as nações colonias.

(Conclue na pág. 25)

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês

IMPRENSA COLONIAL

NUM dos almoços que acompanharam, como manda a praxe, o recente Congresso Internacional da Imprensa Colonial, o Comissário da Bélgica, que segundo a sua própria declaração é um colonial mas não é um jornalista, durante o seu discurso protocolar disse entre várias cousas interessantes o seguinte:

«Quando na metrópole um homem aproveita as colunas dum jornal para chamar imbecil a um adversário político, o caso não tem importância — toda a gente sabe o que isso quer dizer. Nas Colónias o caso muda de figura. Como espectador, muito menos indiferente ou insensível do que se pode supôr, do homem que insulta e do homem que é insultado há um terceiro elemento — o indígena — que não conhece as regras d'êste jôgo europeu e para o qual as palavras desprestigiadas têm de facto uma acção desprestigiada. Escusado será dizer que o resultado se estabelece em prejuizo da acção civilisadora, moral e social,

que o branco, no seu próprio interesse, tem por missão exercer junto das sociedades indígenas».

As palavras são minhas mas refletem o pensamento do orador.

Nêste pensamento vai todo um programa de reforma da nossa imprensa colonial que, a par de virtudes que certamente tem revelado, esquece frequentemente êsse terceiro elemento que nos observa e que nos julga.

O programa, de resto, não é de realização complicada. No dia em que os jornalistas coloniais, adquirirem a única mentalidade que lhes é própria rapidamente compreenderão a grandeza da missão que lhes está confiada. E nêsse dia deixa de haver espaço nos jornais para o iusulto, a calúnia, a intriga — todas essas misérias da imprensa metropolitana que, transferidas para as Colónias, dão aos indígenas o direito de pensar que não somos melhores que êles.

H. G.

Notas do mês

Escola Superior Colonial

O sr. Ministro das Colónias recebeu ontem os alunos d'êste estabelecimento de ensino, que fizeram parte da missão de estudo à exposição de Paris, acompanhados pelo sr. professor Lourenço Gayolla, que lhe haviam pedido uma audiência para lhe agradecerem a acção que êle tivera no sentido dessa missão se realizar.

O sr. Lourenço Gayolla disse em breve palavras que acompanhava gostosamente os seus alunos no preito que êles queriam prestar ao sr. ministro das Colónias, porque fóra realmente devido ao interesse, à solicitude e até ao carinho com que o Governo, e em especial o sr. dr. Armindo Monteiro, haviam acolhido a iniciativa da Escola, que se conseguira a efectivação da visita hão-de resultar trabalhos que honrem o nome dos seus autores e o prestígio da Escola.

O sr. Garcez de Lencastre, em nome dos alunos, exprimiu todo o seu reconhecimento pelo proceder do Governo. Pela sua parte, em tôdas as ocasiões que se lhe proporcionaram na visita ao sr. sub-secretário das Colónias e na recepção que lhes deu um dos mais elevados colaboradores do marechal Liautey, não se cansara de pôr em relêvo o inestimável serviço que êle e os seus colegas deviam ao ministro das Colónias do seu país. A visita à Exposição de Vincennes constituirá uma utilíssima lição para todos os que ali

estavam reunidos. Cada um deles sabia bem as responsabilidades que assumira e havia de corresponder a elas com o máximo esforço e boa vontade.

Por último, o sr. dr. Armindo Monteiro, num pequeno mas eloquente discurso, afirmou que os alunos da Escola Superior Colonial não lhe deviam gratidão, porque êle procedera, não por uma razão de sentimentalismo, mas por estar firmemente convencido de que uma das maiores necessidades das nossas colónias é dispor dum funcionalismo instruído e culto. É sinceramente amigo da Escola Superior Colonial, por êste estabelecimento ser o de maior categoria entre nós no ensino colonial. Já tem afirmado essa simpatia e espera que ainda a ha-de demonstrar por actos mais decisivos. Sem largos conhecimentos nos que desempenham nas colónias os cargos administrativos não pode haver progresso nem boa administração. Agradeceu depois ao sr. professor Lourenço Gayolla e ao sr. Garcez de Lencastre as palavras que lhe dirigiram e felicita-se pelos bons resultados da visita que se realizou. E por último encareceu e louvou o serviço que para o bom nome da Escola prestaram os dois professores que acompanharam os alunos.

Exposição dos alunos da E. S. C. entregue ao senhor Ministro das Colónias

Finda a entrevista pelo Ex.^{mo} Senhor Tenente Coronel Júlio Garcez de Lencastre, foi lida e entregue a Sua Ex.^a o Senhor Ministro das Colónias, em nome de todos os diplomados com o Curso Superior Colonial e dos 106 alunos que actualmente frequentam o referido Curso, na sua qualidade de Presidente da Associação Académica, a seguinte exposição que passamos a transcrever:

O Governo Geral de Moçambique devolveu os requerimentos dos cinco diplomados com o Curso Superior Colonial "por não haver na colónia vagas de administrador de Circunscrição Civil..

Vamos tentar demonstrar o contrário, o que não nos parece difícil depois de termos feito o trabalho que se junta e, considerando como legais e definitivas tôdas as nomeações para administradores de circunscriçao levadas a efeito pelo Governo Geral daquela Colônia, contrárias ao decreto 12.539 (Estatuto da Escola Superior Colonial) e ao seu Código Administrativo de 23, de Abril de 1930, unicamente no intuito de bem informarmos o Senhor MINISTRO DAS COLÓNIAS, credor da nossa maior gratidão, pela forma prática como tem dado realização legal e cheia de justiça, às reclamações dos diplomados com o Curso Superior Colonial.

Com efeito. Nós observamos que no Orçamento Geral da Colónia para 1931-1932, estão devidamente orçamentados:

Administradores de Circunscriçao.....	62
Idem de Concelho.....	9
Ou seja um total de.....	<u>71</u>
Mas a colónia possui unicamente, Circunscrições Civis.....	60
Administ. Concelho.....	11
Total.....	<u>71</u>

Logo, se parlíssemos do princípio de que todos os lugares de administradores de Circunscriçao Civil se encontram preenchidos teríamos a mais do que o número de Circunscrições..... 2

Como estes dois se encontram chefiando Administrações de Concelho, temos que chefiando Circunscrições Civis apenas temos..... 60

Número total de Ad. Circ. orçamentados para 1931-1932..... 62

Restam, portanto, NOVE VAGAS de administrador de concelho que nos termos do artigo 15.º do decreto 12.539 de 25/10/926 e do Código Administrativo da colónia só podem, legalmente, ser providas por indivíduos diplomados com o Curso Superior Colonial, adidos, se os houver e em concurso de provas práticas, pelos funcionários do quadro de categoria inferior, nos termos do recente acordam do Concelho Superior das Colónias.

Porém, não é este o caso que se dá na prática.

Dos 62 administradores de Circunscriçao existentes na colónia, somente 57 estão chefiando Circunscrições Civis e os restantes 5, estão colocados, efectivamente, como administradores de concelho e alguns acumulando com o cargo de Directores Distritais dos Serviços de Administração Civil.

Logo, forçosamente, teremos de admitir que existem CINCO vagas de administrador de circunscriçao e uma de administrador de concelho, visto que a colónia não tem funcionários do 3.º grau do quadro administrativo para provimento daquelas circunscrições e da de Concelho.

Salvo melhor opinião, parece-nos que os CINCO administradores de Circunscriçao colocados definitivamente como administradores de concelho e pela respectiva verba do Orçamento pagos, perderam a sua 1.ª qualidade passando a ser considerados como administrador de Concelho, vagando por consequência os lugares de administradores de Circunscriçao Civil correspondentes.

Colocados:

Verdadeiramente possui a colónia, Administradores de Circunscriçao Civil.....	57
de Concelho.....	8
Ou seja um total de.....	<u>65</u>

funcionários do quadro administrativo que a colónia actualmente possui de nomeação definitiva e provisória.

Temos, pois, que admitir a existência dos seguintes funcionários na colónia:	65
Vagas de administradores de Circunscriçao Civil.....	5
Idem de Concelho.....	1
Ou seja um total de.....	<u>71</u>

que de facto são os funcionários do quadro administrativo orçamentados para 1931-1932.

Mas suponhamos ainda que o Governo Geral de Moçambique não quer que os administradores de Circunscriçao Civil existentes na colónia percam essa qualidade ao serem nomeados administradores de concelho.

Teríamos então: Administradores de Circunscriçao Civil.....	62
Circunscrições existentes na colónia.....	60
Diferença para mais.....	2
Supondo ainda que estes dois administradores de Circunscriçao a mais, que o número das Circunscrições, existentes, estão colocados, como não pode deixar de ser, em administrações de Concelho.	

Teremos então:

Administradores de Circunscriçao Civil colocados nas respectivas Circunscrições da colónia.....	60
Administradores de Concelho, colocados, que são Administradores de Circunscriçao Civil.....	2
Administradores de Concelho privativos (L. Marques).....	1
VAGAS de administradores de concelho.....	6
Directores distritais dos Serviços de Administração Civil exercendo as funções de Administradores de concelho (em Quelimane e Tete).....	2
Total dos lugares existentes e orçamentados....	<u>71</u>

Como facilmente se conclui, a querer-se manter preenchidas as vagas de Administrador de Circunscriçao Civil apenas haveria que substituir nos requerimentos dos diplomados com o Curso Colonial a expressão "Administrador de Circunscriçao Civil," pela de "Administrador de Concelho," os quais nos termos legais poderiam ser providos nesses cargos, precedendo concurso documental.

Em qualquer dos casos, e é isto que finalmente se pretende demonstrar, no quadro administrativo da colónia existem, pelo menos, SEIS VAGAS não sendo justo que, não sejam postas a concurso, pois que encontrando-se providas, interinamente, nenhuma economia resulta para a Colónia, dêste facto, de valor.

Se a estas vagas, acrescentarmos mais tres vagas de primeiros oficiais do quadro da Administração Civil, nós teremos um total de NOVE vagas, que só poderão ser preenchidas, legalmente, por diplomados, por adidos, e pelos funcionários do quadro precedendo concurso.

A exposição ia acompanhada da seguinte relação nominal de tôdas as Circunscrições Civis e de Concelho existentes na Colónia de Moçambique segundo o Código Administrativo, em vigor, nesta colónia, de 23 de Abril de 1930 e o Diploma Legislativo N.º 255, de 23 de Agosto de 1930 e bem assim de todos os funcionários do 3.º grau do Quadro Administrativo (Administradores de Circunscriçao Civil e de Concelho da referida Colónia, de nomeação definitiva e provisórios, obtida por consulta directa e devidamente controlada de todos os "Boletins Officiais," da colónia, 2.ª série, desde o ano de 1920 até 19 de Setembro de 1931, tendo em alenção a lista de antiguidade dos referidos funcionários publicada no "Boletim Oficial," 2.ª série, n.º 23, de 4 de Junho de 1927 (a última publicada).

Razão dêste trabalho

Habilitar Sua Ex.ª o Ministro das colónias a conhecer de verdade quais as vagas existentes na colónia de Moçambique, visto que desde 1927 se não publicam as listas de antiguidade do pessoal administrativo e também porque na colónia se não cumpre o disposto no art. 22.º do decreto com força de lei 12.539 de 25/10/926.

Nos termos do artigo 40.º do Código Administrativo de Moçambique e suas alíneas, as administrações do concelho são preenchidas na capital da colónia: por um funcionário privativo, sem vínculo de emprego público, nomeado pelo Governador Geral dentre os indivíduos habilitados com qualquer Curso Superior, de preferência com o Curso Superior Colonial.

Nas capitais de distrito: pelo Director Distrital dos Serviços da Administração Civil (antigos secretários do governo, distritais), nas outras localidades por administradores pertencentes ao quadro do pessoal das Circunscrições Civis.

Distrito de Lourenço Marques

Administrações do Concelho:

- 1) — Lourenço Marques, Amadeu Ventura
- 2) — Gaza, Manuel Jorge Sepulveda

Circunscricões Civis :

- 3)—Marracuene, Raul Cândido dos Reis
- 4)—Manhiça, Francisco Cardoso
- 5)—Sabié, António Bandeira de Lima
- 6)—Magude, Sacadura Botte
- 7)—Maputo, Joaquim de Serra Cardoso
- 8)—Bilene, Carlos Lino da Silva
- 9)—Machopes, Francisco António Toscano
- 10)—Chibuto, António Rodrigues Graça
- 11)—Guijá, João Pereira da Costa

Distrito de Inhambane

Administração do Concelho:

- 12)—Ilhambane, Fortunato Gonçalves de Freitas

Circunscricões Civis:

- 13)—Vilanculos, Arnaldo de Melo Sequeira, provisório.
- 14)—Massinga, Francisco Xavier de Brito
- 15)—Marrumbene, José Luciano Pinto
- 16)—Homoine, Joaquim Nunes
- 17)—Panda, Francisco Sales na Câmara
- 18)—Cumbana, Júlio Augusto Pires
- 19)—Inharrime, João António Pais de Matos
- 20)—Zavala, Adelino Ferrão Castelo Branco

Distrito de Quelimane

Administrações do Concelho:

- 21)—Quelimane, António Verdu Martins
- 22)—Chinde, 1)—VAGA

Circunscricões Civis:

- 23)—Boror, Carlos Libório de Abreu, provisório.
- 24)—Angueze, António da Silva Viana
- 25)—Maganja da Costa, Alfredo Felizardo
- 26)—Massingire, Manuel de Freitas Junior
- 27)—Ile, Francisco Carlos Roncon
- 28)—Alto Molocuá, Domingos da Encarnação Vieira
- 29)—Pebane, José Maria Ribeiro da Silva
- 30)—Lugala, Acácio Heitor Ferreira
- 31)—Milange, Lucílio M. Pinto da Fonseca
- 32)—Nhamarroí, António L. Meireles
- 33)—Gurué, Abel Adelino V. e Sá, provisório.
- 34)—Zambeze, João Franco Rodrigues, provisório.

Distrito de Tete

Administrações de Concelho:

- 35)—Tete, O director dos Serviços de Adm. Civil

Circunscricões Civis:

- 36)—Zumbo, António Nogueira de Araújo, provisório.
- 37)—Marávia, Lúcio Osório C. Rebelo
- 38)—Boroma, Jaime Lino
- 39)—Chicoa, 2)—VAGA
- 40)—Barué, Eugénio Gouveia Pinto
- 41)—Angonia, Camilo Ferreira de Almeida
- 42)—Mutarara, Alcino de Vasconcelos
- 43)—Macanga, José Casemiro Cardoso

Distrito de Moçambique

Administrações de Concelho:

- 44)—Moçambique, João Viegas Soares Junior (a)
- 45)—Lumbo, Paulo A. Vergílio Rosa
- 46)—Angoche, Nicolau Antonio de A. Calheiros

a) Desligado do serviço. A vaga resultante foi preenchida pelo administrador aposentado Artur Ed. Sanches de Miranda, que estava já aposentado há sete anos e foi reintegrado em 24-2-1931.

Circunscricões Civis:

- 47)—Momba, Manuel Bastos Pinto (a)
- 48)—Erati, Fiuza da Silva
- 49)—Imala, José de Castro Cabral
- 50)—Nacala, José Afonso de Carvalho
- 51)—Mossuril, Fernando Perpétuo da Cruz
- 52)—Meconta, Carneiro de Moura
- 53)—Mongicual, Ventura de Vilhena
- 54)—Macuana, João Ferreira Tabora, provisório.
- 55)—Ribaué, 3)—VAGA
- 56)—Malama, Constantino Pereira de Lima
- 57)—Mogovolas, Abílio Mendes Gil
- 58)—Moma, Pedro V. Rodrigues, reintegrado em 1931 (b)

Distrito de Cabo Delgado

Administrações de Concelho:

- 59)—Pemba, José Henriques Barreto, func. Mint. Colónias.

Circunscricões Civis:

- 60)—Tungue, 4)—VAGA
- 61)—Macondes, H. Perestrelo, provisório, ten. de infantaria
- 62)—Mocimboa da Praia, Francisco Lagido Loureiro
- 63)—Mucoje, Alfredo Rebordão
- 64)—Ibo, António Nunes Guira, Chefia secção M. Colónias
- 65)—Quissanga, José Ribeiro Torres, provisório, tenente
- 66)—Montepuez, 5)—VAGA
- 67)—Lúrio, Rodrigo A. de Freitas

Distrito do Niassa

Administrações de Concelho:

- 68)—Metónia, José Maria de Lima e Lemos

Circunscricões Civis:

- 69)—Lago, 6)—VAGA
- 70)—Metarica, Joaquim da Fonseca, provisório, ten. Infantaria
- 71)—Amaramba, José Júlio de Andrade, provis. cap. Cav. (c)

Número total dos Administradores de Circunscricão Civil e de Concelho, existentes na Colónia, de nomeação definitiva ou provisória, únicos actualmente...	64
Número total de Circunscricões Civis VAGAS, de facto, em virtude da Colónia não ter funcionários do 3.º grau, efectivos ou provisórios, para o seu preenchimento	5
Número de Administradores de Concelho VAGAS	1
Um Administrador de Concelho, privativo.....	1
Total	71

Orçamento Geral da Colónia de Moçambique para 1931-1932:

Lugares orçamentados de Administradores de Circunscricão Civil.....	62
Lugares orçamentados de administradores de Concelho	9
Total dos Lugares orçamentados.....	71

Setenta e um, o que confere com o número das Circunscricões existentes e com as Administrações de Concelho.

Total das vagas existentes na Colónia de Administradores de Circunscricão e Concelho..... 6

a) Encontrava-se na disponibilidade. Foi nomeado contrariamente ao disposto no Decreto 19.477 de 17-3-1931, posteriormente à sua publicação na colónia.

b) Nomeado contrariamente ao determinado no mesmo Decreto apesar de ter sido exonerado, a seu pedido, por Portaria E-N.º 1.453 publicada no B. O. da colónia de Moçambique, II série, n.º 49 de 3-12-1921.

c) Encontra-se ainda na Metrópole.

Número total de funcionários, primeiros oficiais, dos Serviços da Administração Civil para chefiarem as Repartições distritais dos Serviços da Administração Civil (Directores dos Serviços de Administração Civil distritais ou antigos secretários do governo), devidamente orçamentados em 1931-1932.....	7
Providos, de nomeação definitiva ou provisória VAGAS existentes, neste quadro.....	4
	3

Número total de funcionários do 3.º grau do quadro administrativo, de primeiros oficiais chefiando as Repartições distritais dos Serviços de Administração Civil, existentes na colónia de Moçambique de nomeação definitiva ou provisória.....	69
Número total dos mesmos funcionários devidamente orçamentados para 1931-1932.....	78

Total das vagas existentes (administradores de Circunscrição Civil, Administradores de Concelho e primeiros oficiais chefiando as Repartições distritais.....)	9
--	---

Na presente relação estão incluídos todos os administradores de Circunscrição Civil e de Concelho, nomeados pelo *Governo Geral de Moçambique*, posteriormente a 1 de Outubro de 1930 e, também aqueles, que foram nomeados pelo mesmo *Governo Geral* nos termos da alínea a) do artigo 3.º do Diploma Legislativo n.º 184 de 21/9/1929 já depois da entrada em vigor do Código Administrativo da Colónia, de 25 de Abril de 1930, apesar do Diploma Legislativo n.º 228, que aprova o Código Administrativo da Colónia taxativamente determinar no seu artigo 2.º "Fica revogada a legislação em contrário".

Igualmente estão incluídas tôdas as nomeações definitivas, reintegrações e nomeações provisórias, que, como acima já referimos, foram efectuadas posteriormente a 1 de Outubro de 1930, contariamente ao disposto no artigo 15.º do decreto com força de lei n.º 12.539 de 25/10/1926.

Colónias e protectorados estrangeiros

Uganda

I—Generalidades—O ano foi próspero. A colheita de algodão (1928/1929) foi a maior registada até hoje. Elevou-se a 204.057 fardos representando um valor local de £ 3.312.668. O problema do aprovisionamento da água em numerosas partes do território onde nenhuma reserva se encontra no tempo sêco, continua em estudo. O problema da malária continua sendo especialmente estudado com atenção. A epidemia de peste que se manifestou em Kampala e nos arredores, no mês de Julho, provocou uma crise momentânea no comércio local em virtude da necessidade de isolar a cidade. Na fase mais intensa da epidemia, uma pequena revolta — provocada por uma seita fanática dos arredores de Bombo eclodiu, originada pela oposição desta tribu às medidas tomadas contra a epidemia.

II—Finanças—As receitas do protectorado elevaram-se a £ 1.682.918 e as despesas a £ 1.607.175. Regimen de equilíbrio portanto.

III—Produção: Agricultura. Algodão—A superfície cultivada pelos indígenas é computada em 683.495 acres.

Café—A superfície cultivada de café arábica é estimada em 13.736 acres a parte referente aos indígenas, e em 5.417 acres a pertencente à cultura europeia. Temos ainda a considerar 5.759 acres cultivados pelos indígenas de café robusta e 10.971 acres cultivados, da mesma qualidade, pelos europeus. A colheita foi superior à média habitual, mas esta vantagem foi prejudicada pela baixa das cotações deste produto. A cultura do café pelos indígenas aumentou bastante em relação ao ano anterior. As exportações de café atingiram o valor de £ 177.142 em 1929, no ano anterior o seu valor foi de £ 164.187.

Caoutchouc—A superfície de terreno cultivada foi a mesma do ano antecedente. A exportação deste produto atingiu £ 28.818 contra £ 54.978 no ano anterior.

Florestas—Trabalhos preliminares tendo por fim levar a efeito a seleção das reservas florestais foram efectuados; 40.000 acres foram examinadas e cadastradas, foram demarcadas 15.000 milhas. Foram feitas concessões com a superfície total de 154 milhas quadradas, que estão em completa actividade.

Minas—Foram exportadas 321 toneladas de estanho, repre-

sentando £ 44.517;297 toneladas foram extraídas da mina Mwira-sandu.

IV—Comércio e economia. Generalidades—As operações comerciais durante o ano conservaram-se constantes. Em virtude da diminuição parcial prevista na colheita de algodão, na campanha de 1929/1930, calcula-se que haja um abaixamento importante no valor das exportações em 1930.

Importações—O valor total das importações para consumo, no protectorado, foi de £ 2.518.177 contra £ 1.988.104 em 1928, o que representa um aumento de £ 330.073.

Exportações—O valor total das exportações foi de £ 4.274.758 contra £ 3.395.270 em 1928, ou seja um aumento de £ 879.488.

V—Justiça, Polícia e Prisões—A estatística criminal durante o ano acusou um aumento de 18 % na criminalidade. As prisões do protectorado no fim do ano continham 2.387 presos. O número de prisões para os indígenas aumentou em virtude do aumento dos prisioneiros condenados pelos tribunais indígenas.

VI—Trabalhos públicos—As despesas autorizadas para este fim durante o ano elevaram-se a £ 446.558 contra £ 341.306 em 1928.

VII—Saúde Pública—O número de casos novos que se apresentaram espontaneamente para tratamento ou exame médico foi de 654.302 contra 548.163 em 1928 e 480.516 em 1927. O número de nascimentos manteve-se estacionário, 28,13 por mil. Uma intensa epidemia de peste se manifestou no distrito de Mengo na provincia do Este. O número de óbitos durante o ano elevou-se a 5.118, dos quais 2.518 no distrito de Mengo. É o número mais alto registado depois do ano de 1921, em que morreram 5.871 indivíduos.

VIII—Ensino—Nota-se um importante progresso nas escolas de todos os graus. O ensino do Swahili foi estabelecido definitivamente na provincia do Este, tendo-se registado grandes progressos. Esta lingua será falada em todos os institutos de preparação dos professores das escolas das aldeias, à excepção das situadas na região de Buganda.

IX—Terras e Agrimensura—A demarcação dos domínios garantidos aos indígenas de Buganda pelo acôrdo de 1900 tem continuado. Calcula-se que 65,04 % da superficie total desta zona já se encontrem cadastrados. Obrigação similar, mas em escala menor, é imposta pelos acôrds de Toro de 1900 e pelo de Ankole de 1901.

Pesquisas geológicas—Procedeu-se a trabalhos de exploração em Kaina onde foi descoberta uma mina de *cassiterite*. Foi publicado um plano geológico com a situação das minas de estanho do Sud-Oeste.

X—Trabalho—No comêço do mês de Julho 2.800 trabalhadores foram empregados na construção da estrada Porto Mbarara-Kagera, no distrito de Ankole; para outros trabalhos públicos foram recrutados 1.215 indígenas. O recrutamento dos trabalhadores para as plantações, e para as minas é feito sem dificuldades, elevando-se o seu número a 22.255.

A Imprensa Colonial e o Problema do Trabalho Indígena

(Conclusão da página 21)

O debate — exactamente porque os dados do problema são claros e condicionados por realidades que nenhum país colonial pode pôr de parte ou ignorar — não se estabelece doutrinariamente entre os países que têm colónias mas sim, politicamente, entre aqueles que não as têm e os que na Acção Colonial têm todas as responsabilidades e todas as dificuldades.

É necessária uma união estreita entre os povos que têm uma missão mundial comum, com objectivos sociais idênticos e interesses económicos especificamente semelhantes, uma solidariedade política, como agentes defensivos contra o embate de idéas, utopias e fórmulas cuja essência doutrinária se não distingue duma essência política que muitas vezes temos o direito de considerar suspeita.

A Imprensa Colonial — e poderia avançar mais dizendo, a *Imprensa dos países coloniais*, tem na efectivação desta idéa uma posição de vanguarda que pode e deve defender com galhardia, razão e bom senso.

O Congresso Internacional da Imprensa Colonial deveria pois emitir um voto no sentido de promover a solidariedade da Imprensa Colonial de todo o Mundo, contra todas as utopias inoportunas, todas as manobras internacionais suspeitas, todas as idéas sem o sentimento de realidades que embarçam, confundem e desorganizam os dados desse problema fundamental da Administração Colonial que é o trabalho indígena.

O comércio de Portugal com as suas Colónias, referente a alguns produtos, nos três primeiros trimestres dos últimos três anos

Exportação

Portugal exportou nos três primeiros trimestres dos últimos anos, as seguintes quantidades, em decalitros, do nosso precioso vinho do Porto: 3.114.002; 2.966.490; e 2.772.072 nos nove primeiros meses do ano corrente. A estas quantidades corresponderam os seguintes valores: 159.356.921\$00 escudos em 1929; 151.469.683\$00 em 1930 e, finalmente, 124.863.852\$00 nos três trimestres de 1931. Nos mesmos períodos foram exportadas para as nossas colónias as seguintes quantidades, igualmente espessas em decalitros:

	1929	1930	1931
Angola	22.076	14.669	8.969
Cabo Verde.....	568	472	449
Guiné.....	688	761	401
S. Tomé e Príncipe.....	1.193	355	178
Moçambique.....	13.906	18.744	12.228
Índia.....	1.085	1.541	438
Macau e Timor.....	1.082	818	457

Dêste quadro facilmente se conclue que se continua a beber cada vez menos vinho do Porto nas colónias. Efeitos da crise, que supomos tudo indica irá passando com o tempo, economia e o trabalho persistente.

Importação

Durante os mesmos períodos, o País importou, respectivamente, 32.583.164 quilogramas de arroz em 1929; 32.410.462 em 1930 e 21.239.523 quilogramas nos nove primeiros meses de 1931. Os valores, em escudos, foram os seguintes: 48.472.475\$00; 46.427.744\$00 e 22.265.171\$00 nos três trimestres de 1931. As nossas colónias contribuíram para estes números com as seguintes quantidades, em quilogramas:

	1929	1930	1931
Angola.....	65.882	127.524	121.299
Guiné.....	5.252	261.832	288.351
S. Tomé e Príncipe.....	10	10	—
Moçambique.....	714	568	12.199
Cabo Verde.....	—	—	115

É interessante constatar o desenvolvimento que vai tendo a cultura do arroz nalgumas das nossas colónias e bem assim o facto, digno de nota, de ao mesmo tempo que as importações estrangeiras diminuem aumentar a importação feita das nossas colónias. O desenvolvimento que se nota nas importações da Guiné e Angola é animador. Oxalá continue duma forma mais pronunciada.

ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914 Julho	1929 Índice-médio	1930		1931		
			Índice-médio	Setembro	Julho	Agosto	Setembro
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.418	1.295	1.471	1.029

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 31 de Agosto de 1931

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Séde),	186.997	2.743.235	—	16.979.823	10.883.679	3.041.236
Banco do Comércio e Ultramar.,	294.387	223.174	3.753.011	1.989.776	1.567.328	3.099.881
Banco N. Ultramarino (Séde),	4.313.191	1.694.524	66.649.788	74.802.612	20.531.897	48.572.969

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas, por Lisboa

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	Setembro	Janeiro a Setembro	Setembro	Janeiro a Setembro
Reexportação :				
Cacau	845.899	10.242.533	2.089.867\$00	24.977.156\$00
Café	201.863	3.253.613	607.593\$00	8.724.481\$00
Cêra	41.294	175.669	341.534\$00	1.488.307\$00
Outras mercadorias	151.654	1.777.962	210.482\$00	2.446.246\$00
Total	<u>1.240.710</u>	<u>15.449.777</u>	<u>3.249.476\$00</u>	<u>37.636.190\$00</u>
Trânsito internacional :				
Cacau	—	45.011	—	120.884\$00
Café	42.334	2.855.169	139.706\$00	8.453.653\$00
Cêra	81.727	623.477	713.928\$00	5.387.718\$00
Óleos de palma e côco	—	453.556	—	705.924\$00
Outras mercadorias	87.928	6.615.890	285.800\$00	11.359.030\$00
Total	—	—	—	—

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante os meses de Janeiro a Setembro de 1931

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	121.299	115	288.351	12.199	—	—
Açúcar	8.189.835	226	61	37.739.026	14	—
Café	2.194.528	38.124	346	464	143.743	755
Trigo em grão	2.960.929	—	—	—	—	—
Peles em bruto	451.599	16.237	94.155	6.974	1.038	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	430.452	—	—	144.175	—	—
Sementes oleaginosas	4.432.863	2.653.060	13.335.532	212.112	2.919.046	—
Milho (1)	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	8.969	449	401	11.228	178	457
» comuns tintos (decalitros)	453.827	19.215	43.174	294.783	47.920	7.415
» » brancos (decalitros)	93.487	2.801	3.625	263.440	5.910	1.862
» licorosos	7.882	298	372	2.725	347	7.080
Conservas de vegetais	136.699	6.335	13.766	159.820	12.442	11.502
Sardinhas em salmoura	1.686	50	248	982	178	—
Conservas de sardinha	45.195	2.331	7.864	164.613	6.182	3.760
Cortiça em rolfas	689	141	65	1.759	63	129
Tecidos de algodão (2)	—	—	—	—	—	—

(1) Importaram-se de tôdas as colónias (especialmente de Angola) 38.369.352 quilogramas, no valor de 19.713.639\$00 escudos.

(2) A exportação para tôdas as nossas colónias atingiu: 687.726 quilogramas no valor de 12.679.187\$00 escudos.

Do Boletim da D. G. E.

INHAMBANE

TELEG. "JOCARFINO" — CAIXA POSTAL N.º 32

Agentes da:

Companhia Nacional de Navegação

UNION CASTLE

COMPANHIA DE SEGUROS

"A MUNDIAL"

e dos carros "HILLMAN"
e "HUMBER"

Transportes fluviais

Cargas e descargas

Padaria

BOLSAS	Lisboa (Escudos)			
	Unidade	1-6-1914	11-6-1931	6-11-1931
Mercadorias				
Cacau fino.....	15 q.	4550	42500	38500
» paiol.....	—	4830	32500	29500
» escolha.....	—	3850	21500	19500
Café.....	—	—	—	—
» S. Tomé.....	—	7870	150500	150500
» Novo Redondo.....	—	3800	60500	58500
» Ambriz.....	—	3800	52500	47500
» Encoje.....	—	2865	51500	61500
» Cazengo.....	—	2505	50500	48500
» Cabo Verde.....	—	—	145300	140500
Coconote.....	—	1530	16500	16500
Óleo de palma f mole.....	—	1877	19500	24500
f rijo.....	—	—	19500	22500
Ricínio.....	—	884	17500	18500
Gergelim.....	—	1517	16500	15500
Algodão.....	1 quillo	\$35	\$500	\$550
Cera.....	—	\$75	9520	8500
Açúcar (em rama) f escuro.....	—	\$10	\$80	\$80
f branco.....	—	—	1500	1500
Milho.....	—	\$04	\$60	\$47
Couros (Beng.).....	—	\$62	4500	6850
» limpos.....	—	—	5850	5850
Borracha 1.ª.....	—	—	4500	4500
» 2.ª.....	—	—	3500	3500

N. R. — Sobre as tendências dos mercados ver a nossa local «Notícias dos Mercados» que nouro lugar publicamos.

WILHELMOSEN LINES

Carreiras regulares de LISBOA directas para

Australia:

Fremantle, Adelaide, Melbourne, Sydney e Brisbane.

China e Japão:

Singapura, Manila, Hongkong (MACAU), Shanghai, Kobe e Yokohama.

India portuguesa e inglesa:

Karachi, Bombaim, MORMUGÃO, Colombo, Calcuttá e Rangoon.

Serviço de carga e passageiros em navios motores rápidos

Para todos os esclarecimentos tratar com

O Agente Geral em Portugal

OTTO WANG

160, Rua do Arsenal—LISBOA

Telgr. OTWANG — Telf. 2 7220

PORTUGAL COLONIAL

**A revista colonial portuguesa
de maior tiragem e expansão
e a que dispõe de melhor
colaboração**

Director: Henrique Galvão

Redactor principal: J. Fonseca Ferreira

REDACÇÃO:

Rua da Conceição, 35, 1.º

**Para ser assinante da "Portugal Colonial"
basta enviar um simples
bilhete postal à Redacção**

História do Nosso Tempo

(Acção e obra de João de Almeida)

1904-1910

POR

HENRIQUE GALVÃO

Está à venda em tôdas as livrarias

PEDIDOS Á ADMINISTRAÇÃO

DA «PORTUGAL COLONIAL»

RUA DA CONCEIÇÃO, 31, 1.º — LISBOA

“REFRIGERA OS SÃOS E CURA
OS DOENTES”

Tomada simples ou com

LEITE, LIMÃO,
XAROPE, VINHO,
COGNAC,
WHISKY,
Etc.

EXPORTADORES:
AGUA CASTELLO
A MELHOR MOURA DE MEZA
ASSIS & C.ª, L. da
LISBOA

Recompensas:

Grandes Premios
Medalha de Honra
Medalhas de Ouro
Medalhas de Prata
Diploma de Premio

Por Embalagens

Venancio Guimarães & C.^a
Lubango

Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe

Escritório em LISBOA — R. de S. Julião, 23, 1.º

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: VOUGA

COMÉRCIO GERAL, AGRICUL-
TURA, PECUÁRIA E INDÚSTRIA

Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.ª DA
(Fornos de cal e moagem de cereais)

Agricultores no BENTIABA
(Fazenda Algodoeira da PUPA)

Exportadores de gado bovino e peixe seco

REPRESENTANTES NOS DISTRITOS DA HUILA E DE
MOSSÂMEDES DE:

Vacuum Oil Company
Fábrica de Tabacos Ultramarina
Automóveis e camions «FORD»
Máquinas de escrever «REMINGTON»

REPRESENTANTES NO DISTRITO DA HUILA DE:

Burrell & C.º
Companhia de Seguros «TAGUS»
Lotarias de Angola

COMPANHIA PRODUTORA DE MALTE E CERVEJA
PORTUGALIA

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

CAPITAL ESC. 6.000.000\$00

ANTIGA FÁBRICA «GERMANIA»

115, AVENIDA ALMIRANTE REIS

LISBOA

Endereço telegráfico: PORTUGALIA-LISBOA

TELEFONES P. B. X. { DIRECÇÃO N. 298
EXPEDIENTE N. 1699

CÓDIGO TELEGRÁFICO: RIBEIRO

GRAND-PRIX — EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO
RIO DE JANEIRO, DE 1923 E SEVILHA, DE 1930

Prefiram as nossas acreditadas marcas de cerveja

«PORTUGALIA» e «PRETA»

(Tipo Munich)

PORTUGAL COLONIAL

Companhia do Sul de Angola

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 10.000.000\$00

Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telef. 2 4174 — End. Tel. SULANGOLA

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mossâmedes—Praia Amélia, Pôrto Alexandre

Fabrico de Conservas, Farinhas e Óleos de Peixe, Pasta Azotada—Fábrica AFRICANA—Mossâmedes

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau, S. João do Sul, Caroca e Pinda

Companhia de Mossâmedes

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 20.000.000\$00

Subscrito — Esc. 15.995.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telefone: 2 4174

SEDE DO COMITÊ FINANCEIRO

na Banque des Interets Français
23, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de gados—Explorações agrícolas—Instalações no *Lubango, Tchipa, Ediva, Palanca, Culueque e Tchifito*

Companhia Central Vinicola de Portugal

Grande exportadora

LISBOA

*Praça do Município, 32, 2.º
Armazens: Poço do Bispo*

Vinhos licorosos e aguardentes simples e preparadas, tipos cognacs. Vinhos espumantes. Grandes vinhos de mesa brancos e tintos dos principais lavradores do país. Alcool ví-nico. Aguar-dentes bagaceiras e de vinhos.
Licores

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: CIRICA LISBOA

TELEFONES

POÇO DO BISPO 32
EM LISBOA 2 4573



Emulsão aquosa de Asfalto puro

PARA TODOS OS TRABALHOS DE IMPERMEABILISAÇÃO

Revestimento de superficies metalicas
Construções de Pavimentos Elásticos
Protecção de ferro ondulado
Pinturas protectoras navaes
e de canalisações, etc.,

***Systema DeVilbiss
de Pintura por Aspersão***

INSTALAÇÕES DE PINTURA Á PISTOLA PARA

Automovels
Construções
Navios
Peles de couro
Para qualquer fim

Pedir folhetos descriptivos aos

Distribuidores:

BETHENCOURT BROS., LTD

Telefone 2 7322

Praça do Município, 13

LISBOA

AGENCIA DO NORTE: SORIA, L.ª

Telefone 2528

Rua Ferreira Borges, 9

PORTO

Manteigaria Londrina

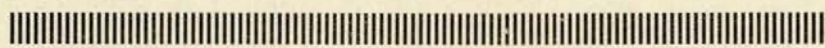
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO — FORNECEDORES
DA COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO



*Especialidade
em manteigas,
queijos e con-
servas. Variado*



*sortido em arti-
gos de Mercea-
ria, Vinhos, Lico-
res e Champagnes*



Domingues, Vasconcelos & Mesquita, Limitada

53, Rua Eugénio dos Santos, 55 — Lisboa

Telephone: 2 7448

Companhia Nacional de Navegação

**Carreiras regulares entre Lisboa
e todos os portos da Africa
Occidental e Oriental Portuguesa**

**CARREIRAS REGULARES ENTRE
TODOS OS PORTOS
DA PROVÍNCIA**

SERVIÇO SEMANAL ENTRE LOURENÇO
MARQUES E INHAMBANE ** SERVIÇO
QUINZENAL ENTRE LOURENÇO MARQUES
E MOCIMBOA DA PRAIA, COM ESCALAS
POR INHAMBANE, BEIRA, CHINDE, PEBANE,
QUELIMANE, ANGOCHE, MOÇAMBIQUE,
PORTO AMELIA, IBO E PALMA

AGENCIA EM INHAMBANE — Nogueira, Limitada

Telegramas "JOCARFINO"

Caixa Postal n.º 32

FABRICA DE LOIÇA DE SACAVEM

FUNDADA EM 1850

A maior Fábrica de cerâmica
fina da Península

SERVIÇOS DE JANTAR **SERVIÇOS DE CHÁ**

Grande variedade de padrões

Azulejos brancos e de côr

Quadros em azulejos

Loiça sanitária

Mosaicos cerâmicos

Sede:

LISBOA

126, Rua da Prata, 132

PORTO

Rua Carmelitas, 40

Foi posto à venda, tendo constituído um grande êxito de livraria o novo livro de Henrique Galvão

«OVELO D'OIRO»

(Novela colonial)



DEPOSITÁRIA :

Livraria António Maria Pereira

R. Augusta, 44 a 54



DO MESMO AUTOR :

HISTÓRIA DO NOSSO TEMPO (1 grosso volume)

HUILA (estudo económico e administrativo do distrito da Huila)

EM TERRA DE PRETOS (crónica de Angola)

Pedidos à Redacção da

“Portugal Colonial”

Rua da Conceição, 35, 1.º

Companhia Nacional de Navegação

Serviço regular entre a metrópole, África Ocidental e Oriental, Brasil, norte da Europa e Mediterrâneo

FROTA DA COMPANHIA Paquetes

	Ton.
NYASSA	9 000
ANGOLA.....	8.300
QUANZA.....	6.500
LOURENÇO MARQUES.....	6.400
MOÇAMBIQUE.....	6.000
PEDRO GOMES.....	5.500
ÁFRICA	5.500

Vapores de cabotagem

LUABO	1.385
CHINDE	1.382
IBO.....	884
AMBRÍS	858
SAVE.....	765

Vapores de carga

CUBANGO	8.300
S. TOMÉ	6.350
CABO VERDE	6.200
CONGO.....	5.000

Rebocadores

EM LISBOA: — BEIRA 1.º e INCOMATI.
EM ÁFRICA: — TEJO, S. TOMÉ, CUIO e gasolina
QUANZA.

Batelões

20 em serviço em Lisboa e África.

LISBOA: Séde, R. do Comércio, 85
PORTO: Sucursal, R. da Nova Alfandega, 22